



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1979-1980)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE MAIO DE 1980

Presidente: Ex.º Sr. António Jacinto Martins Canaverde

Secretários: Ex.º Srs. Manuel Henriques Pires Fontoura
 Bento Elísio de Azevedo
 José Manuel Mais Nunes de Almeida
 João Daniel Marques Mendes

SUMARIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente, da apresentação de vários requerimentos e do recebimento de resposta a vários outros.

Em declaração política, o Sr. Deputado Bragança Tender (PS) debruçou-se sobre as carencias do Nordeste transmontano, apelando para o Governo no sentido de procurar satisfazer os anseios das suas populações. No fim respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Fernando Roriz (PSD), Adriano Rodrigues (CDS), Sousa Marques (PCP), Daniel Bastos (PSD) e António Mota (PCP) e a protestos dos Srs. Deputados Rook de Lima (PSD), Amândio de Azevedo (PSD) e Alexandre Reigoto (CDS). O teor da intervenção do Deputado centrísta originou interpelações à Mesa dos Srs. Deputados João Amaral (PCP), Azevedo Soares (CDS) e um protesto do Sr. Deputado João Lima (PS), a que respondeu o Sr. Deputado Amândio de Azevedo (PSD).

Entretanto foi lido um voto, apresentado pelo PCP, condenando os assaltos, atentados e outros actos de terrorismo reivindicados por grupos que, provocatoriamente, se reclamam do 25 de Abril.

A Sr.º Deputada Ercília Talhadas (PCP) analisou a situação com que se debatem os cerca de 1600 trabalhadores da Equimetal. No fim respondeu o um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Mendes da Costa (PSD).

O Sr. Deputado Vitor Manuel de Almeida (PS) deu conta dos protestos que as populações da região do Douro têm levantado contra a construção da central nuclear espanhola de Sayago junto à nossa fronteira, e bem assim do perigo que oferece a actividade da unidade industrial Milnorte, no concelho de Peso da Régua. No fim respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Luis Coimbra (PPM), o qual originou ainda um esclarecimento do Sr. Deputado Salgado Zenha (PS).

O Sr. Deputado Gaspar Mendes (PSD) referiu-se aos pro-

blemas que afectam os produsores de leite dos concelhos Contanhede e limitroses.

O Sr. Deputado Mário Tomé (UDP) criticou várias medidas do Governo da AD, classificando-as como tentativas de recuperação do passado salazarista.

O Sr. Deputado João Morgado (CDS), referindo-se ao problema da carência geral de habitações em todo o país, citou a atenção para o facto de quanto o problema provoca, nos concelhos rurais, uma profunda crise e quadros dos serviços públicos ali instalados.

Ordem do dia. — O Sr. Deputado Vitor Louro (PCP) a apresentação do projecto de lei n.º 449/1, sobre parceria agrícola, tendo respondido no fim o pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Soares Cruz (CDS), João Morgado (CDS) e António Campos (PS). Registaram-se ainda protestos e outras intervenções, a diverso título, dos Srs. Deputados Mário Lopes (PSD), José Cosimiro (PCP), Veiga de Oliveira (PCP), Soares Cruz (CDS), João Morgado (CDS) e São Tavares (DR).

O Sr. Deputado Luis Coimbra (PPM) justificou o pedido de urgência, que foi concedida, para apreciação do projecto lei n.º 456/1, sobre classificação de interesse público jardim da Fundação Gulbenkian, tendo respondido no debate os intervenientes no debate os Srs. Deputados Zita Seabra (PCP), Azevedo Soares (CDS), Veiga de Oliveira (PCP), mes Fernandes (PS), Medeiros Ferreira (DR), Sousa Tavares (DR), Mário Tomé (UDP) e Castro Caldas (PSD).

O Sr. Deputado Salgado Zenha (PS) justificou o pedido de urgência, que foi concedida, para apreciação do projecto lei n.º 477/1, que altera a redacção do artigo 1º da Lei n.º 85/77, de 13 de Dezembro (os juízes dos tribunais do trabalho são juízes de direito). Intervinham no debate os Srs. Deputados João Morgado (CDS), C. Caldas (PSD), Jorge Leite (PCP), Ferreira do Amaral (PE) e, novamente, Salgado Zenha (PS), para dar um esclarecimento ao Deputado centrísta.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
Amândio Anes de Azevedo.
Amélia Cavaleiro M. de Andrade de Azevedo.
Américo Abreu Dias.
António Duarte e Duarte Chagas.
António José Ribeiro Carneiro.
António José dos S. Moreira da Silva.
António Monteiro de Freitas.
Carlos Manuel Pereira de Pinho.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Daniel da Cunha Dias.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Fernando José Sequeira Rotiz.
Francisco Mendes da Costa.
Germano da Silva Domingos.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
João António Sousa Domingues.
João Aurélio Dias Mendes.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Jorge Rook de Lima.
José da Assunção Marques.
José Baptista Pires Nunes.
José Henrique Cardoso.
Júlio de Lemos de Castro Caldas.
Manuel António Lopes Ribeiro.
Manuel Henriques Pires Fontoura.
Manuel Maria Moreira.
Manuel Maria Portugal da Fonseca.
Manuel Pereira.
Manuel da Silva Leça.
Maria Manuela Simões Saraiva.
Mário Marques Ferreira Maduro.
Nicolau Gregório de Freitas.
Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Augustinho de Jesus Domingues.
Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
Madeu da Silva Cruz.
António Cândido de Miranda de Macedo.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Chaves Medeiros.
António José Vieira de Freitas.
António Manuel Maldonado Gonçalves.
António Filipe Cerejeira P. Bacelar.
António Ferreira Loureiro Zenha.
Beatriz M. de Almeida Cal Brandão.
Carlos Alberto Costa de Sousa.
Carlos Cardoso Lage.
Fernando Alves de Almeida Miranda.
Francisco Cardoso P. de Oliveira.
Federico A. F. Handel de Oliveira.
Guilherme Gomes dos Santos.
Herculano Rocha.
Jaquim Sousa Gomes Carneiro.

José Manuel Niza Antunes Mendes.

José Maria Parente Mendes Godinho.

Luís Abílio da Conceição Cacito.

Luís Silvério Gonçalves Saias.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Manuel António dos Santos.

Manuel Joaquim de M. Pires dos Santos.

Manuel José Bragança Tender.

Maria de Jesus Simões Barroso Soares.

Rui Fernando Pereira Mateus.

Victor Manuel Gomes Vasques.

Victor Manuel R. Fernandes de Almeida.

Partido Comunista Português (PCP)

Adalberto António de V. Casais Ribeiro.

Alberto Jorge Fernandes.

António da Silva Mota.

Carlos Alberto do C. da Costa Espadinha.

Carlos Alfredo de Brito.

Custódio Jacinto Gingão.

Ercília Carreira Pimenta Talhadas.

Fernando de Almeida Sousa Marques.

Francisco Miguel Duarte.

Hélder Simão Pinheiro.

João António Gonçalves do Amaral.

Joaquim António Miranda da Silva.

Jorge do Carimo da Silva Leite.

Jorge Manuel Abreu de Lemos.

José Casimiro Sousa Correia.

José Ernesto I. Leão de Oliveira.

José Manuel Aranha Figueiredo.

José Manuel Maia Nunes de Almeida.

Josefina Maria Andrade.

Manuel Gaspar Cardoso Martins.

Maria da Conceição Morais Matias.

Maria Ilda da Costa Figueiredo.

Marina Grou Lanita.

Marino B. de Vasconcelos B. Vicente.

Octávio Augusto Teixeira.

Rosa Maria Reis A. Brandão Represas.

Victor Henrique Louro de Sá.

Vital Martins Moreira.

Zita Maria de Seabra Rosciro.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.

Alfredo Albano de C. de Azevedo Soares.

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.

António Ferreira Pereira de Melo.

António Martins Canaverde.

Artur Fernandes.

Carlos Alberto Faria de Almeida.

Eduardo Leal Loureiro.

Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.

Henrique Rocha Ferreira.

Isilda Silva Barata.

José Daniel Marques Mendes.

João José Magalhães F. Pulido de Almeida.

José Eduardo Fernandes Sanches Osório.

Luis António Matos Lima.

Manuel António de A. e Vasconcelos.

Manuel Augusto Couto de Azevedo.

Manuel Baeta Neves.

Maria José Paulo Sampaio.

Maria Tabita L. F. Mendes Soares.

Rogério Ferreira Monção Leão.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Henrique José Barrilaro F. Ruas.
Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Agrupamento Parlamentar dos Reformadores

Armando Adão e Silva.

Movimento Democrático Português

Herberto de Castro Goulart da Silva.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 121 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — O período de antes da ordem do dia terminará às 16 horas e 35 minutos.

Vai proceder-se à leitura do expediente.

Deuse conta da seguinte

Expediente**Exposição**

De um grupo de cidadãos portugueses residentes em diversas cidades da circunscrição consular de Francoforte, República Federal da Alemanha, exigindo que seja aplicada a Lei n.º 78/79, que cria as comissões consulares.

Moção

Da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém, protestando contra o aumento do custo de vida.

Cartas

De Manuel António da Fonseca, residente em Amares, que, sendo cego total há dez anos, vem solicitar sejam tomadas medidas que levam os automobilistas a reconhecer a bengala dos cegos, de forma a evitar acidentes de que, frequentemente, são vítimas.

Das comissões de médicos policlínicos insurgindo-se contra afirmações proferidas nesta Assembleia pelo Sr. Deputado Sousa Tavares e referentes ao Serviço Médico à Periferia.

Ofícios

Sete ofícios e três telegramas de diversos órgãos autárquicos solicitando a aplicação da Lei das Finanças Locais.

Do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos reclamando contra o facto de o jornal *Diário de Lisboa* se ter recusado a publicar um comunicado que aquele Sindicato enviou para esse efeito.

Da União dos Sindicatos de Aveiro a enviar uma moção, na qual exigem a participação do movimento sindical na gestão do Centro Regional de Segurança Social e outra, de apoio à Constituição da República Portuguesa.

Do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas com moções reclamando contra o que consideram como uma ofensiva à nacionalização do sector bancário.

Da Câmara Municipal de Sintra a transcrever uma moção, na qual solicita a extenção do «passe social» às coroas 4 e 5, isto é, de Lisboa a Algueirão e a Sintra.

Do Sr. Governador do Distrito de Portalegre a enviar fotocópia de um ofício da Câmara Municipal de Elvas, no qual manifesta a sua satisfação pela rejeição do Decreto-Lei n.º 387/79.

Da Sociedade Mútua de Seguros Mútua dos Pescadores a enviar uma moção aprovada em assembleia geral ordinária e referente ao Serviço Nacional de Ambulâncias, para o qual solicitam seja revista a legislação actualmente em vigor.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário vai proceder à leitura dos requerimentos apresentados.

O Sr. Secretário (Pires Fontoura): — Na última reunião foram apresentados os seguintes requerimentos ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado João Amaral; ao Governo Regional dos Açores, formulados pelos Srs. Deputados Jorge Lemos e Zita Seabra; ao Governo Regional da Madeira, formulados pelos Srs. Deputados Zita Seabra, José Ernesto Leão de Oliveira; ao Ministério dos Assuntos Sociais e à Secretaria de Estado da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado José Ernesto Leão de Oliveira; ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados Maia de Almeida e Sousa Marques; à Secretaria de Estado da Reforma Administrativa, formulado pelos Srs. Deputados Adalberto Ribeiro, Jorge Lemos, Marino Vicente; ao Ministério dos Transportes, Comunicações e às Secretarias de Estado da Emigração e do Turismo, formulado pelos Srs. Deputados Vítor Louro, Hélder Pinheiro e Marino Vicente; ao Ministério da Educação e Ciência, formulado pelo Sr. Deputado Jaime Ramos; ao Ministério da Habitação e Obras Públicas, formulado pelos Srs. Deputados José Assunção Marques e Marília Raimund.

Foram recebidas as seguintes respostas a requerimentos: da Presidência do Governo Regional dos Açores e dos Ministérios da Educação e Ciência e dos Assuntos Sociais e da Secretaria de Estado das Pescas aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Jorge Lemos, Zita Seabra, Rosa Brandão e Carl Espadinha, nas sessões de 7, 21 e 26 de Fevereiro e 5 e 21 de Março último, respectivamente; do Ministério do Trabalho, aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Joaquim Vitor Sá, Ilda Figueiredo e Alberto Jorge Fernandes, nas sessões de 10 de Fevereiro e 13 de Março passado, respectivamente; do Ministério do Comércio e Turismo e da Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente, aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados José Targinha, Carlos Carvalhas, Ercília Talhadas, Ilda Figueiredo, Octávio Teixeira, Faria de Almeida e Srs. Cruz, nas sessões de 31 de Janeiro, 7 e 28 de Fevereiro e 3 de Março, respectivamente; dos Ministérios dos Transportes e Comunicações e da Defesa Nacional, aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Jaime Gama, José Vieira de Freita e Francisco Oliveira, nas sessões de 15 e 29 de Fevereiro e 3, 13 e 18 de Março, respectivamente; Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao requerimento

to apresentado pelo Sr. Deputado João Lima, na sessão de 11 de Março do corrente ano; do Ministério da Administração Interna, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Ribeiro Teles e Luís Coimbra, na sessão de 28 de Fevereiro último; da Secretaria de Estado do Fomento Agrário, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados José Niza e António Reis, na sessão de 13 de Março; da Secretaria de Estado da Reforma Administrativa, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Henrique Nascimento Rodrigues, na sessão de 13 de Março passado; da Secretaria de Estado da Energia e Minas, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Sousa Marques e Adalberto Ribeiro, na sessão de 27 de Março próximo passado; da Secretaria de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Vítor Sá, José Sousa Correia e Jaime Simões Ramos, nas sessões de 3 e 20 de Março, respectivamente; da Secretaria de Estado da Indústria Transformadora, aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Luís Coimbra, Miranda Calha e Sousa Marques, nas sessões de 5 e 14 de Fevereiro e 14 de Março, respectivamente; da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado José Veríssimo da Silva, na sessão de 13 de Março último.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Bragança Tender.

O Sr. Bragança Tender (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A população do Nordeste tem vivido durante dezenas de anos sempre depositando as suas esperanças no «Governo que virá a seguir», sempre confiante em que das mudanças políticas resulte o fim da marginalização das terras de Bragança, o fim do desrespeito pelos seus legítimos interesses e aspirações, o início de uma era em que o Nordeste seja tratado com justiça e consideração.

O tempo tem corrido veloz, e os regimes políticos têm mudado; infelizmente, não têm mudado o lamentável denominador comum dos respectivos programas, que é a falta de atenção aos problemas de perío de um quarto de milhão de portugueses, que sempre têm lido admirável exemplo de trabalho, tolerância, esignação e patriotismo.

O Nordeste debate-se com aflitivas carências de todos os tipos.

O nível cultural regional é rudimentar, a percentagem de analfabetos alarmante, a emigração epidérmica, o caciquismo humilhante, a assistência médica escassa e qualitativamente péssima e a mortalidade infantil confrangedora.

É muito triste ter de reconhecer que, em certos aspectos, os Governos se têm comportado em relação o Nordeste pior do que o antigo regime se comportou relativamente às colónias, agindo sobre as populações sem a devida consideração pelos direitos das mesmas.

Sirva de exemplo, a nefasta tentativa, em curso, a recusa de modernização do ramal ferroviário doabor, agravada pela ameaça de encerramento do esmo e sua substituição por transportes rodoviários, procedimento do qual tem resultado a subida do preço dos adubos e outros produtos, prejuízos para turismo, e ameaça à exploração do minério de

ferro, além do isolamento do planalto de Mirand e Mogadouro.

Quanto ao caciquismo, apropoita-se referir, entre muitas outras, a insólita e recente atitude do governador civil de Bragança que, obcecado pelos seus rancores políticos, se permitiu esquecer a dignidade do seu cargo colaborando em retaliações à maneira antiga, sobrepondo-se às atribuições do MAS, e propondo que certos funcionários do Centro de Saúde Mental continuem ao serviço mesmo que os seus préstimos sejam dispensáveis, procedimento que parece querer justificar na base do alegado êxito das medidas que aplicara em África durante a sua permanência de vinte e cinco anos!

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — No que à saúde se refere, bastará dizer que nas terras de Bragança continua a existir um oftalmologista para cerca de 220 000 habitantes, e tudo o resto continua na mesma!

A escola, essa permanece um feudo reservado aos que a podem pagar; e é cada vez mais cara!

Estes tristes exemplos de atraso e marginalização das terras de Bragança encorajam, naturalmente, atitudes equivalentes da parte de países estrangeiros, nomeadamente a vizinha Espanha que se prepara para, com a central nuclear de Sayago, poluir atómica e termicamente as águas do Douro, ameaçando assim o equilíbrio ecológico de uma vasta área do País, nomeadamente no relativo aos seres humanos, variedades piscícolas e produções do tipo do vinho do Porto.

Sr. Presidente, se V. Ex.^a me permite queria dizer o seguinte: é possível que haja nesta Assembleia pessoas a quem não interessam os problemas de 250 000 habitantes deste país. Mas há outras, por poucas que sejam, a quem interessam.

Agradecia-lhe o obséquio de se dignar tomar provisões de maneira que essas pessoas a quem interessa o destino de um quarto de milhão de portugueses possam ouvir o que digo.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE, do Sr. Deputado do CDS Lucas Pires e do Sr. Deputado do PPM Barrilaro Ruas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradeço que façam o favor de se sentarem e de prestarem atenção ao orador.

Queira prosseguir, Sr. Deputado, porque não posso obrigar-lhos a ouvir.

O Orador: — E ainda outros estrangeiros, que têm comprado olivais no Vale da Vilariça, para, depois de derrubadas as oliveiras, procederem ao plantio de vinha nessas terras de regadio, as mesmas terras que têm até aqui justificado o penoso encargo da construção de barragens com finalidade de rega.

Muitos são, efectivamente, os erros cometidos nestas terras em que Cristo não deve ter passado, o que explica o impresionante atraso regional.

E isto, em variadíssimos aspectos, sociais, económicos e culturais.

O que se está a passar, por exemplo, no Complexo Agro-Industrial do Cachão constitui demonstração

requisito de que nos encontramos, ou num País em plena opulência financeira ou, na alternativa, num País de insensatos e incompetentes.

Situado no concelho de Mirandela, o Complexo Agro-Industrial do Cachão proporciona apoio à agricultura, valorizando-a através da industrialização e consequente comercialização dos produtos gerados por uma terra esquecida mas pródiga e plena de potencialidades.

No Complexo trabalham cerca de oitocentos portugueses residentes na região, cuja árdua labuta é retratada com a carência de uma assistência médica convincente, falta de um centro social, de um infantário convenientemente dimensionado, de uma sala de espectáculos, de uma biblioteca e até de uma ambulância para transporte de doentes.

Estes trabalhadores vivem isolados, na medida em que o Cachão se encontra a 14 km de Mirandela e a igual distância de Vila Flor.

Analisemos as bases da interpretação alternativa que há pouco formulei.

Dezoito especialistas agrários que pertenciam à Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste, extinta pelo Decreto-Lei n.º 482/74, encontram-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há quase seis anos na situação de disponibilidade, auferindo vencimentos num total de mais de 4 milhões de escudos anuais, e sem lhes ser atribuído trabalho profissional!

E, no entanto, estes homens são conhecedores da região e das técnicas agronómicas que esta necessita.

Dá-se também o caso de, nos actuais quadros dos serviços regionais da Secretaria de Estado da Agricultura haver dezenas de vagas para preencher, a que correspondem outras tantas tarefas por executar.

A situação daqueles trabalhadores, de há seis anos para cá, confirma o desprezo a que foi votado o artigo 5 do Decreto-Lei n.º 482/74, que define e facilita o reaproveitamento de pessoal nas referidas condições, e também o desrespeito pelas atribuições da Comissão Instaladora da Empresa Pública do Cachão, definidas em despacho publicado pelo MAP a 25 de Janeiro de 1977.

Assim, neste País de incongruentes e masoquistas, existe no Cachão um complexo agro-industrial que funciona e produz, mas que não passa de um fantasma, visto que foi extinto ao ser decretado o desaparecimento da Federação dos Grémios de Lavoura do Nordeste, de que era parte integrante!

Por outro lado, há, paralelamente, um quadro técnico excedentário em férias há seis anos e um quadro técnico actual insuficiente, em cujas vagas caberiam os elementos inactivos em questão.

Diligências efectuadas no sentido de alcançar a necessária transferência e o reaproveitamento destes profissionais foram improícias, não obstante certos elementos do Governo que têm visitado o Cachão concordarem com a necessidade e a urgência de pôr cobro a este estado de coisas.

Agora, o diagnóstico é fácil: trata-se de masoquismo, agravado por incompetência e insensatez e já em fase crónica, tanta são os cúmplices que se têm sucedido.

Porque me prezo de ser refractário à demagogia e de não alterar a verdade dos factos (talvez por isso não sou ainda Provedor), não pretendo atribuir a responsabilidade fundamental do que acabo de expor

ao actual Governo, mas quero exprimir a minha estranheza e o meu protesto pelo que nestes seis anos se passou relativamente ao Cachão, dentro daquela coerência — que já tive a honra de exprimir nesta Câmara — de que no lugar em que me encontro sou fundamentalmente um representante do povo e considero um dever sagrado defendê-lo contra tudo e contra todos.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas não hesitarei em censurar asperamente o Governo da AD se, após este apelo feito através do Parlamento, aquele não tomar medidas urgentes que ponham termo a um estado de coisas que, além de contrário ao bem comum, é desprestigiante e absurdo.

A Empresa Pública do Cachão constitui potencial embrião da recuperação económica do Nordeste e do País e para tal necessita de ver suprimidos todos os desperdícios económicos e fomentados todos os esforços de produção.

Um encargo de 4000 contos anuais sem retribuição laboral constitui um atentado contra a economia do País e uma afrenta a todos os que se têm esforçado e se esforçam pela recuperação do seu equilíbrio.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por tudo isso que acabo de apontar o Governo da AD procederia, a meu ver, acertadamente se promovesse diligências imediatas no sentido de solucionar este problema que constitui símbolo perfeito e acabado dos erros que, a acumularem-se podem ameaçar a estabilidade do regime democrático e da liberdade.

E, como disse nesta mesma Câmara o meu distinto camarada Almeida Santos, «depois de termos conhecido o doce sabor da liberdade seria duplamente difícil voltarmos a viver sem ela».

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quando, durante a noite, percorremos o Nordeste, temos a felicidade de ver que as luzes das aldeias começam a surgir por toda a parte, de madrugada, nasce, por detrás das montanhas o Sol de uma liberdade que não passava já de banal banida palavrada sepultada em roídos dicionários escondidos em velhas arcas.

Depende dos Democratas sinceros, quaisquer que sejam as respectivas ideologias, que essas luzes não voltem a apagar-se...

Seria grato aos nossos corações que, após esta noite tão longa cujo fim se iniciou com o movimento do 25 de Abril, pudesse ouvir-se finalmente o repique festivo dos sinos anuciando o renascer estável de uma democracia para todos os portugueses, em vez de uma toada plangente de um prolongado regresso ao vazio das sombras da ditadura.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE e alguns Deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Roriz.

O Sr. Fernando Roriz (PSD): — Sr. Deputado Bragança Tender, como verificará pelas perguntas que ou fazer-lhe, fui um dos Deputados que estiveram tentos e interessados nos problemas que aqui quis fazer.

O Sr. Deputado falou em lamentável denominador comum dos Programas dos Governos que esqueceram os problemas da região que referiu, falou em caciquismo humilhante, falou em problemas de saúde que stavam por resolver, apontou problemas de técnicos gráios que há mais de seis anos se encontram sem realizarem as suas funções, falou, em suma, num conjunto de problemas que efectivamente são graves cuja resolução é imperioso pôr em marcha. Mas naturalmente que, ao invocar aqui o Governo da AD, responsabilizou-o — intencionalmente ou não — por sses problemas.

Queria muito objectivamente perguntar ao Sr. Deputado se não tem consciência de que a falta de resolução de todos estes problemas, a situação lamentável em que se encontra essa região, é mais da responsabilidade de governos anteriores, que tiveram pelo menos a oportunidade de começar a resolver sses problemas, do que do actual Governo da AD, que tem menos de cinco meses de actividade e que necessariamente, terá por isso muito menor responsabilidade do que os Governos anteriores. É ou não verdade, quanto à generalidade dos problemas que bondou, se não estão resolvidos ou se pelo menos não começaram a ser resolvidos que isso representa ma responsabilidade maior dos Governos anteriores, nomeadamente os da responsabilidade do partido de V. Ex.^a, do que do Governo da Aliança Democrática?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Rook de Lima (PSD): — Sr. Presidente, peço palavra para fazer um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Bragança Tender.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Rook de Lima (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputados: Vou focar principalmente dois problemas.

Quanto ao primeiro, referiu-se o Sr. Deputado aos rímetros que estão a ser regados no vale da Vilarica. Pela sua intervenção poder-se-ia supor que andes áreas foram compradas e que estão a ser ssíveis de não serem aproveitadas para o regadio. Quero informar esta Câmara que até agora temos conhecimento de que somente 10 ha das zonas que o ser objecto de regadio foram realmente aquelas e V. Ex.^a há pouco apontou. Creio, portanto, que conjunto da área de rega do vale da Vilarica não caso para estarmos alarmados.

O outro problema é o caso dos 18 técnicos do Cachão. Também nós estamos com certeza preocupados n esta situação. Posso mesmo afirmar a V. Ex.^a, a sua tranquilidade, que o Governo está atento ao blema e que a Direcção Regional de Trás-os-Montes já a tratar de conseguir resolver esse assunto a todos preocupa. No entanto não posso deixar dizer muito claramente que os anteriores Governos, mormente os Governos do Partido Socialista, tiam já toda a possibilidade de resolver este assunto atento.

O Sr. Raul Rego (PS): — Resolver o problema antes de ele surgir?!

O Orador: — Quero frisar que numa determinada altura o presidente da Comissão Instaladora do Cachão era o engenheiro Teles Grilo, indicado pelo Partido Socialista, o Governo era Socialista, e mesmo em certo período o Director Regional de Trás-os-Montes era o engenheiro Teles Grilo, afecto ao Partido Socialista, e o Governo era o do Partido Socialista. Tiveram, portanto, uma óptima oportunidade para resolver todo este problema.

Lamentamos sinceramente que o não tenham feito.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esperamos que o desejo do Sr. Deputado de ver resolvido o problema, desejo que é também o nosso, se concretize agora e que sejamos mais felizes do que foi o Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Rodrigues.

O Sr. Adriano Rodrigues (CDS): — Sr. Deputado Bragança Tender, não posso deixar de acompanhar com o coração e com todo o interesse as palavras que o Sr. Professor trouxe a esta Câmara.

Na verdade, o problema do Cachão e o do desenvolvimento de Trás-os-Montes é prioritário neste país e por isso demos-lhe o nosso apoio à sua intervenção.

Já na anterior legislatura, o meu companheiro de bancada engenheiro Rui Marrana trouxe a esta Câmara o problema do Cachão. Este problema, é preciso que todos nos entendamos quanto à sua formulação, nasceu devido a uma boa intenção, mas a uma má programação.

O problema do Cachão é um problema difícil de solucionar, porquanto ultrapassou na sua ambição as possibilidades de resposta dos recursos naturais da região transmontana. O matadouro, por exemplo, se trabalhasse em condições normais, ao fim de dois meses esgotaria todos os recursos animais de Trás-os-Montes. Sabemos que foi proposto ao I Governo Constitucional um programa para poder dar mais exequibilidade ao funcionamento do matadouro.

A semelhança do que aconteceu, por exemplo, na Dinamarca, o apoio prestado aos pequenos produtores através da estabulação, e, neste caso, da criação de porcos, implicava um investimento de cerca de 200 000 contos. Este investimento foi recusado nessa ocasião.

Posto isto, queria perguntar ao meu distinto amigo Prof. Bragança Tender quais as medidas mais concretas que propunha para que fosse resolvido o problema do Cachão.

Quero ainda acrescentar que foi com muito respeito que ouvi a sua intervenção, sobretudo pela forma honesta com que se referiu à actividade do Governo, procurando responsabilizar a actividade futura do Governo, sem esquecer as responsabilidades que tiveram até agora todos os anteriores Governos, o que da parte de V. Ex.^a mostra uma grande honestidade política, que merece todo o meu respeito.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Deputado Bragança Tender, quer começar por me congratular com a intervenção aqui produzida por V. Ex.^o e aproveitar a ocasião para começar por lhe colocar as seguintes questões: qual o passado histórico que está por detrás da situação que realmente se vive em Trás-os-Montes? Será possível que os responsáveis por essa situação procurarão e conseguiram agora resolver os problemas que não resolveram durante os cinquenta anos de fascismo, porque de facto os problemas de Trás-os-Montes não se resolvem num dia e são consequência de uma situação que se arrasta há décadas?

Ainda há bem pouco tive oportunidade de visitar a região de Trás-os-Montes, e particularmente a zona de Vila Flor e de Moncorvo, e gostaria aqui de recordar, como exemplo típico do caciquismo imperante nessa região, uma frase, que já é célebre de um dirigente local do PPD que disse publicamente, numa reunião da Assembleia Municipal de Vila Flor, que «já no tempo do inesquecível e insubstituível Dr. Oliveira Salazar, o Sr. Dr. Sá Carneiro lutava pelas liberdades». Esta frase, só por si, é um retrato de figura inteira do cacique PPD de Vila Flor.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As últimas questões que lhe gostava de colocar são as seguintes: pensa o Sr. Deputado que é com caciques como o que acabei de referir que se resolvem os problemas do povo transmontano? Pensa que é com um Governo como o actual, apoiado por caciques, que será possível resolver aquilo que eles nunca conseguiram nem quiseram resolver durante cinquenta anos?

O Sr. Presidente: — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Bastos.

O Sr. Daniel Bastos (PSD): — Sr. Deputado Bragança Tender, foi com muito gosto que ouvi a sua intervenção e congratulo-me sempre que olço falar na defesa dos interesses do povo transmontano.

Como transmontano de Vila Real, reconheço que há muitos problemas a resolver para que a vida melhore para o nosso povo. No entanto gostaria de lhe lembrar que o actual Governo, no que diz respeito à escolaridade obrigatória, está a lançar uma campanha, que envolve as direcções escolares, as estruturas locais do IASE, e os meios de comunicação social regionais, para que nos nossos distritos todos os jovens possam frequentar as escolas. Para isso assegurámos uma cobertura, dentro do possível, porque ela depende também das vias de acesso, através de transportes e, no caso de não haver possibilidade, através de residências escolares, para que todos os jovens da nossa terra possam realmente ir para a escola. Alguna coisa está a fazer-se nesse sentido e posso desde já informá-lo de que na próxima segunda-feira, em Bragança, irá ser feita uma reunião que engloba todas as pessoas que indiquei para que no próximo ano a escolaridade obrigatória vá ao encontro de todas as

crianças, de todos os jovens, mesmo os mais desprotegidos.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Deputado, ouvi com muita atenção a sua intervenção, mas gostaria de lhe pôr três questões, e uma delas é em relação aos caminhos de ferro.

Nós sabemos que há fortes pressões junto da CP para se acabar com as linhas do Vale do Tâmega, do Sabor e do Corgo e para a sua exploração ser feita por entidades privadas. Ora isto vem contra os interesses das populações e vai dificultar ainda mais a vida daquelas populações. Nós sabemos que há forças ligadas a este Governo que tentam concretizar a passagem para entidades privadas daquilo que compete ao Governo assegurar, os transportes das populações transmontanas. Ora quem já alguma vez viajou nos comboios dessas linhas verificou que estes, além de serem péssimos, são poucos. Ainda há bem pouco, ao circular num desses comboios, se passou comigo um caso digno de nota. O revisor, para me picar o bilhete, teve que vir de lanterna, porque o comboio nem luz tinha. Portanto isto é de facto uma falta de respeito para com essas populações.

Outra questão que eu gostaria de levantar é relativa aos adubos. Sabemos que aqui há umas semanas estiveram retidos na estação do Pocinho e na de Amarante milhares de sacos de adubos que não foram distribuídos imediatamente porque o conselho de administração da CP alegava falta de material deslizante para fazer a distribuição desse adubo. Não é verdade que as forças que se movem para acabar cor essas linhas estariam interessadas em que o adubo não chegassem às populações para causar um mal-estar nessas mesmas populações?

Outra questão que lhe gostaria de levantar é respeito às estradas. Todos nós sabemos como são a estradas, não só municipais como nacionais, no Nordeste transmontano e por toda a província de Trás-os-Montes. E gostava de referir a este respeito troço de estrada que liga Mirandela a Bragança, d 66 km, onde os buracos são tantos que é difícil existir-lhos e onde as curvas são perfeitamente perigosas, dificultando qualquer circulação com segurança nessa região. Outro exemplo quanto às estradas desta região é o troço da estrada n.º 311 que liga Boticas a Borralha, onde foi principiado, e que há três meses está paralisado, não sabemos porquê, mas com certeza porque os responsáveis não estão interessados e ajudar às resoluções dos problemas dessas populações. Gostaria que o Sr. Deputado nos informasse sobre que é que pensa sobre estes problemas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bragança Tender para responder, se o desejar.

O Sr. Bragança Tender (PS): — Peço desculpa não responder pela mesma ordem por que me foram feitas as perguntas, mas não há qualquer intenção de estabelecer um critério de hierarquia, nem representa qualquer desconsideração para qualquer pessoa que se tenha dirigido em primeiro ou segundo lugar e a quem eu responda no fim — e isto muito sinceramente, estou a dizer-lhe com o coração nas mãos.

Mas, se V. Ex.^a Sr. Presidente, me permite, eu responderia de modo a gastar o mínimo tempo possível.

O Sr. Presidente: — Com certeza.

O Orador: — O Sr. Deputado Fernando Roriz fez-me uma observação à qual eu, se não fosse a consideração que tenho por todos os meus colegas, não responderia. Admito que V. Ex.^a tenha estado com intenção, e agradeço-lhe muito, mas não sei se V. Ex.^a viu bem aquilo que eu comuniquei à Assembleia.

Se o Sr. Presidente me permitisse, eu relia um dos parágrafos da minha intervenção, respondendo assim observação do Sr. Deputado Fernando Roriz. Disse a minha intervenção: «Porque me prezo de ser reactário à demagogia e de não alterar a verdade dos factos (talvez por isso não sou ainda provedor), não retendo atribuir a responsabilidade fundamental do que acabo de expor ao actual Governo, mas quero exprimir a minha estranheza e o meu protesto pelo que nestes seis anos se passou relativamente ao Cachão, dentro daquela coerência — que já tive a honra de exprimir nesta Câmara — de que no lugar em que me encontro sou fundamentalmente um representante do povo e considero meu dever sagrado defendê-lo contra tudo e contra todos.»

Se V. Ex.^a me permite, Sr. Deputado Fernando Roriz, com esta frase quero exprimir que há uma quota-parte de acusação ao meu próprio partido, na medida em que ele a mereça, e que um dos pontos fortes do meu partido é o de ter a capacidade de prender com os erros cometidos e por isso está preparado para constituir Governo tirando lições dos erros cometidos e tendo a coragem de mudar o seu procedimento no reconhecimento do inconveniente desses lapsos e erros anteriores que porventura tenha cometido.

Mas queria também chamar a atenção de V. Ex.^a para o facto de anteriormente a este Governo não haver só Governos socialistas e de o Partido Socialista já há dois anos não ter o privilégio de ter responsabilidades directas no Governo deste país.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Espero com isto ter respondido à observação de V. Ex.^a, mas, se assim não for, e se o Presidente permitir, eu no fim compensaria a insuficiência desta minha resposta a partir de eventuais perguntas ulteriores que V. Ex.^a me dirija, com a votização do Sr. Presidente.

Ao Sr. Deputado Rook de Lima, por quem tenho máxima consideração, queria dizer que, evidentemente, não me referia à extensão de terrenos vendidos na Vilariça e nem conheço qual a sua extensão. Ex.^a diz que são 10 ha e para mim essa informação merece o maior respeito.

Mas queria referir, sem desprímor para V. Ex.^a, com a autorização do Sr. Presidente, um episódio intencido com um advogado que foi encarregado um constituinte de o defender, sendo esse constituinte acusado publicamente de ter feito um desfalque de 600 000 contos. O advogado, para o defender, ficou num jornal quo estavam a difamar o seu constituinte porque ele não tinha feito um desfalque de 600 000 contos, mas sim de 20 000 contos. Eu, se

fosse advogado, confessava que não usaria este argumento, pois isso não situou muito bem o constituinte, mesmo dentro daquele critério que roubando até 100 é-se ladrão e daí para cima é-se apenas um desviador de capital. De qualquer maneira, queria chamar a atenção de V. Ex.^a para o facto de 10 ha poder ser pouco, mas pode ser o inicio de 100, de 1000, de 10 000, e é sempre um precedente péssimo. E lembro-me daquela definição que um economista deu de inflação quando lhe perguntaram se uma inflação pequenina tinha importância, ao que ele respondeu: uma inflação pequenina é como uma gravidez pequenina.

Risos do PS e do PCP.

Sr. Deputado Rook de Lima, espero que não considere esta minha resposta como uma ironia em relação a V. Ex.^a, porque não o é de maneira nenhuma.

Fiquei feliz — sinceramente que fiquei feliz — por V. Ex.^a me dizer que o Governo está atento ao problema dos técnicos agrários. Não estou a dizer isto com qualquer ironia, mas continuo a pensar que devo ser mais um representante do povo do que um socialista e não sou do género de pessoas que se congratulam com o fracasso dos Governos que não são do Partido Socialista.

Digo-lhe com toda a sinceridade — e se me conhece o suficiente pode crer que lhe estou a falar com o coração nas mãos — que os fracassos da Aliança Democrática a mim não me consolam absolutamente nada e tenho muito gosto nos êxitos de qualquer Governo, seja ele socialista ou não, porque os fracassos ou os êxitos repercutem-se sobre toda a população, incluindo crianças, velhos e doentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portanto digo-lhe, com toda a sinceridade, que não me alegro com os eventuais fracassos que o Governo da Aliança Democrática possa ter, ou qualquer outro Governo que não seja socialista, embora, naturalmente — e desculpe-me o egoísmo — me envaideçam mais os êxitos de um Governo constituído pelo meu partido. Naturalmente não me levará a mal que eu pense assim.

Portanto eu desejaría que o Governo da Aliança Democrática resolvesse este problema e não foi outra a minha intenção ao apresentá-lo aqui neste hemicírculo. A minha intenção foi a de que o Governo da Aliança Democrática o resolva, mesmo que nas próximas eleições isso lhe renda mais votos e por consequência, indirectamente, renda menos votos ao Partido Socialista. A mim, sinceramente, interessa-me mais o País do que o meu partido ou qualquer outro partido.

Aplausos do CDS, do PPM e de alguns Deputados do PSD.

Meu querido amigo, Sr. Deputado Adriano Rodrigues, vejo que V. Ex.^a, talvez porque já me conhece há muitos anos, entendeu lucidamente o sentido das minhas palavras. Claro, tem essa vantagem de já me conhecer há muitos anos e saber que eu era incapaz de vir aqui apresentar uma agressão verbal ou mal intencionada a outros partidos. Nunca o fiz nem

nunca estarei disposto a fazê-lo. E já agora queria afirmar que também no meu partido ninguém me exige tal coisa e essa foi uma das razões que me decidiu a filiar-me neste partido, sem que isso signifique a insinuação de que não haja outros partidos em que o ambiente seja o mesmo, naturalmente.

Sr. Deputado Adriano Rodrigues, meu querido amigo, queria dizer-lhe aquilo que já disse ao nosso colega Sr. Deputado Rook de Lima. Eu ficaria acima de tudo muito feliz se o Governo da Aliança Democrática resolvesse estes problemas e, repito, a minha única intenção ao trazer aqui esta problemática foi a esperança de que o Governo da Aliança Democrática realmente possa resolvê-los.

No entanto disse claramente que não atribuo a um Governo de quatro meses a responsabilidade fundamental pelo que se está a passar em relação a esses técnicos agrários que foram referidos, por exemplo. E tenho que o dizer por uma questão de lealdade e porque recebi dentro do meu partido o exemplo de que, na realidade, não se deve difamar intencionalmente, não digo um adversário político, mas uma pessoa que diverge politicamente das nossas opiniões.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Sousa Marques, falou-me no passado histórico da situação e relativamente a essa questão que já tive a honra, ao fazer esta exposição, de abordar, devo dizer que o tal denominador comum de todos os Governos de há dezenas de anos para cá parece-me ser um entendimento implícito no sentido de desprezar o Nordeste transmontano. Desde o Governo do Prof. Salazar ao Governo do Prof. Marcelo Caetano e aos Governos que se seguiram ao 25 de Abril, nunca ninguém prestou ao Nordeste transmontano a atenção que merece. Esse terra tem dado tanto ao País e tão pouco tem recebido dele!

Aplausos do PSD, do PPM e de alguns Deputados do CDS.

Quanto ao caciquismo, Sr. Deputado Sousa Marques, ele é inegável. O caciquismo foi uma das razões por que o Partido Socialista não subiu mais no Nordeste nas últimas eleições.

Aplausos do PS e do Sr. Deputado do PCP Jorge Lemos.

Foi o caciquismo feito por muita gente, incluindo a Igreja. Foi a Igreja, embora houvesse exceções, naturalmente, que fez ao Partido Socialista a maior guerra que podia ser feita, usando de um caciquismo indigno, impróprio da nobreza e do respeito que devem ser sempre procurados pelos representantes de uma coisa tão sagrada como é a Igreja.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Chegou-se a fazer propaganda contra o Partido Socialista em pleno púlpito, em plena igreja.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E isto é inadmissível, isto é indigno — não o digo com qualquer rancor, digo-o porque realmente tenho pela Igreja um respeito grande e achava que os representantes da Igreja deviam ser os primeiros a elevar a sua dignidade e não a contribuir para a sua decadência na opinião das populações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Daniel Bastos, felicito-o por ter abordado aquele problema a que se referiu, o acesso de todas as crianças à escola. No meu menu social, digamos assim, esse é o meu prato forte. E era aí que eu gostaria que o Governo da Aliança Democrática fizesse a obra que se impõe, de facultar o acesso à escola, em todos os seus graus — claro que terá que começar pelos mais baixos, visto que não há quadros preparados —, a todas as crianças, independentemente das riquezas das famílias e apenas em função da capacidade intelectual dos candidatos.

Aplausos do PS, do PSD e do Sr. Deputado reformador Sousa Tavares.

Pode-se argumentar — é claro que eu não tenho dados para demonstrar o contrário — que entre as classes abastadas há uma maior percentagem de valores do que entre as classes humildes. Não tenho dados para rebater isso, mas gostaria que fosse usado um coeficiente de correcção, pois as crianças mal alimentadas, as crianças que recebem poucas vitaminas e poucas proteínas e pouco carinho, que vivem em meios familiares desfavoráveis, têm que ter direito a um coeficiente de correcção antes de se avaliar onde é que está a maior percentagem de valores.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sei, por experiência própria, que crianças sem proteínas, sem vitaminas e sem carinho, se durante quatro a cinco anos tiveram as vitaminas, as proteínas e o carinho e as meteram num colégio, desafio seja quem for a dizer se são filhas da família mais pobre da aldeia ou se são filhas de banqueiros, de um médico ou de um engenheiro, e posso garantir o que estou a dizer.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do PPM e do Sr. Deputado reformador Sousa Tavares.

Por isso eu gostaria que V. Ex.^a conseguisse, com a sua influência e a dos seus distintos camaradas da bancada ligados à Aliança Democrática, que o Governo se empenhasse nisso, porque o que é necessário é fazê-lo e não interessa que sejam os socialistas, os comunistas, o MDP/CDE, a UDP, o PPM os Reformadores ou o CDS, o que interessa é que seja feito. Isso é o fundamental.

Vozes do PS, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Este é um problema a resolver urgentemente dentro deste país.

Sr. Deputado António Mota, V. Ex.^a fez referência aos transportes e claro que tenho de concorda-

com o que disse, porque é como o Sr. Deputado referiu e eu sou o primeiro a lamentar as referências que V. Ex.^a fez, porque nasci no Nordeste. Fiz, de propósito, uma viagem ao longo da linha do Sabor. Depois de ter lido, resolvi ir ver como era, fui até Duas Igrejas e realmente é humilhante. Nós, no Nordeste, não somos uma reserva de índios nem estamos em vias de extinção, somos uma porção deste país, não somos a última das colónias.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do PPM, da Sr. Deputado do CDS Adriano Rodrigues e do Sr. Deputado reformador Sousa Tavares.

Isto não é um ataque ao actual Governo, isto é um ataque a todos aqueles que poderiam ter contribuído para que isto se fizesse e não o fizeram, desde há dezenas de anos para cá.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM, dos Deputados reformadores e do Sr. Deputado do PCP António Mota.

Para terminar, Sr. Presidente, se V. Ex.^a me permite, queria apenas fazer só mais uma referência. Queria dizer que a propósito da linha do Sabor há pormenores de que me apercebi localmente e que são lamentáveis, como, por exemplo, o de um habitante de Lagoaça, se quiser despachar pelo correio uma simples e banal encomenda, que leva debaixo do braço ou no bolso, tem que ir ao Pocinho para fazer, gastando todas as horas correspondentes ao deslocamento, porque na Lagoaça não pode fazer esse despacho. Isto é o máximo que se pode imaginar em questão de desinteresse e de desleixo no que diz respeito a uma zona que tem um quarto de milhão de habitantes do País.

Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Ex.^a e aos Deputados a paciência com que me aturaram e dizer que pus um bocadinho de vivacidade nestas questões, da qual peço desculpa, não por qualquer intenção de impressionar, mas porque estes problemas são tão importantes que eu agradecia, como um dos representantes do Nordeste, que o Governo, seja ele qual for, resolvesse estes problemas que são fundamentais.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Peço a palavra para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — O meu protesto deve ser antecedido de afirmações muito claras a minha parte, pois em muitos dos aspectos estou perfeitamente de acordo com as palavras que acaba de proferir o Sr. Deputado Bragança Tender.

E devo dizer-lhe que já muitas vezes levantei a minha voz em defesa dos interesses da província de Trás-os-Montes. Já falei aqui concretamente dos problemas da linha do Sabor que esteve em risco de extinção e tenho pena de não ter mais tempo disponível para chamar a atenção desta Câmara e do País para conjunto de problemas com que se debatem as pessoas dessa província que contribuem com o seu esforço com o seu carácter para o engrandecimento do

nosso país. Estaremos, portanto, nessa linha, sempre inteiramente solidários com todos os que quiserem pugnar pela valorização e pela defesa dos interesses de Trás-os-Montes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O protesto que eu queria fazer refere-se apenas a uma passagem da intervenção do Sr. Deputado Tender, quando, acusa toda uma instituição, a meu ver de uma forma grave e não justificada, de fazer caciquismo e de atacar o Partido Socialista.

Sr. Deputado, estou plenamente convencido de que reconhecerá o exagero e a impondéração das suas palavras, porque, sem prejuízo de se poder admitir perfeitamente que elementos da Igreja possam, como qualquer outro cidadão, cometer erros dessa natureza, o Sr. Deputado com certeza que concordará comigo em que não é justo, não é legítimo atacar toda uma instituição por causa das faltas ou das culpas de um ou outro dos seus elementos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A Igreja portuguesa, enquanto instituição, honra Portugal. Ela tem desenvolvido uma actividade, que é indiscutivelmente importante, na defesa de valores morais que constituem o nosso património cultural e o nosso património como povo.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nessa medida, Sr. Deputado, eu não podia deixar passar sem um reparo essas afirmações que considero terem sido imponderadas e estou convencido não correspondem verdadeiramente ao seu pensamento. Um ou outro acto que possa ter existido — e não estou a dizer que não existiu, admito que tenha existido — não pode de maneira nenhuma justificar acusações tão graves como aquelas que acaba de fazer.

Aplausos do PSD, do PPM e de alguns Deputados do CDS.

O Sr. Bragança Tender (PS): — Peço a palavra para um contraprotesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Bragança Tender (PS): — Sr. Deputado Amândio de Azevedo, suponho que V. Ex.^a não duvida da consideração que lhe dedico e queria dizer-lhe o seguinte: as palavras que me atribui, se as tivesse dito, eram altamente censuráveis, mas eu tive a preocupação de dizer que a Igreja fez caciquismo político, embora tenham havido exceções — não sei se V. Ex.^a ouviu.

E para lhe demonstrar que houve exceções, e que as reconhecemos, lembro que é conhecido no Nordeste que durante a nossa campanha para as eleições para a Assembleia da República em várias aldeias nós propusemos salvas de palmas aos párocos das aldeias com a referência de que estas eram felizes porque tinham sacerdotes que não cometiam a indignidade de fazer propaganda política dentro das suas igrejas. Esses

sacerdotes tiveram da parte do Partido Socialista e das pessoas que estavam presentes salvas de palmas. Se V. Ex.^a quiser um exemplo, tem a aldeia de Măcarenhas, no concelho de Mirandela, além de outras.

Assim, não aceito a crítica de V. Ex.^a, porque não posso ser incriminado por aquilo que me atribui. Não disse que a Igreja, de uma maneira geral, tinha feito caciquismo político, disse que a Igreja tinha feito caciquismo político, mas que havia, felizmente, excepções.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É o contrário!

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Não chega!

O Orador: — Talvez porque as excepções não foram muitas, Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Era para dar um esclarecimento.

Vozes do PCP: — Não pode.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Então para um protesto.

O Sr. Presidente: — Um protesto pode fazer, Sr. Deputado.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Era para um protesto, mas um protesto de alegria, porque quando ouço um Deputado falar da maneira clara, da maneira honesta, da maneira tão justa como o fez o Sr. Deputado Bragança Tender, e como também sou transmontano, é para me regozijar por ele o ter feito.

De facto, se todos nós, Sns. Deputados, tivéssemos em mente vir aqui trazer a nossa região e lutarmos por que ela fosse dotada de mais coisas, por maiores melhorias, e não tivéssemos como objectivo defender apenas o nosso partido, a nossa política, muito melhoraria este país.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — E o Sr. Deputado Bragança Tender teve ...

O Sr. Vitor Louro (PCP): — Isso não é um protesto.

O Orador: — Desculpe, Sr. Deputado Vitor Louro, mas eu protesto da maneira que entendo.

O Sr. Vitor Louro (PCP): — Isso é uma infracção regimental, não é um protesto.

O Orador: — Esse problema não é seu.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não é a primeira vez que se tem feito aqui, digamos, um voto

de congratulação e pedia ao Sr. Deputado Alexandre Reigoto que fosse o mais breve possível.

O Sr. João Amaral (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, eu queria saber se o que o Sr. Deputado Alexandre Reigoto está a fazer é a apresentação de um voto de congratulação.

Sei é, peço o texto do voto, e visto que temos um voto apresentado antes desse, invoco o direito regimental de apresentar o nosso voto em primeiro lugar.

De resto, Sr. Presidente, a questão que se põe é muito simples: trata-se de os partidos da maioria entenderem que podem ocupar o tempo alegando protestos, protestos esses que têm sido disciplinados fortemente pela Mesa, e só quero registar o facto de que afinal quem mais fala aqui contra os abusos do Regimento é quem tem os telhados de vidro e quem merece de facto as críticas mais severas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Bom, assim o tempo vai-se escoando, faltam cinco minutos para terminar o período de antes da ordem do dia e temos ainda um voto para discutir.

Peço, portanto, ao Sr. Deputado Alexandre Reigoto que faça o favor de ser breve.

O Sr. João Amaral (PCP): — É isso, Sr. Presidente, faltam cinco minutos.

O Orador: — O Partido Comunista Português não está habituado a elogiar as pessoas de bom senso ... mas adiante.

O Sr. Vitor Louro (PCP): — Não é isso, Sr. Deputado.

O Orador: — O Sr. Deputado Bragança Tender trouxe aqui uma lição a todos aqueles que põem a ideologia acima da sua terra e é contra isso que eu me revolto. Sou a favor dele, sou a favor da tese que ele defende, através da qual condenou todos os governos que têm sido insensíveis às chamadas do Transmontanos. É isso que quero salientar, foi por essa razão que me ergui, foi por essa razão que fiz este voto de protesto, porque não tinha outra maneira de o fazer.

Parabéns, Sr. Deputado Bragança Tender, Deus ajude, e é pena que a sua intervenção tivesse metido a Igreja, porque o Sr. Deputado fez uma intervenção altamente inteligente, altamente portuguesa e, acima de tudo, altamente transmontana!

Parabéns, Sr. Deputado.

Aplausos do CDS.

O Sr. João Amaral (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Só um momento, Sr. Deputado.

Queria informar que há vários Srs. Deputados inscritos para pedir esclarecimentos à Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura, que hoje não pôde estar presente, pelo que amanhã terá oportunidade de responder a esses Srs. Deputados que lhe tinham pedido esclarecimentos na última reunião.

Neste momento, dado que faltam cinco minutos para terminar o período de antes da ordem do dia, queria dar conhecimento à Câmara de que existe na Mesa um voto apresentado pelo PCP, que vai ser lido.

Foi lido. É o seguinte:

Voto

A Assembleia da República: Condena energicamente os assaltos, atentados e outros actos de terrorismo perpetrados nos últimos dias e reivindicados por grupos que se reclamam aleivosamente do 25 de Abril, mas cuja actividade constitui uma clamorosa provação ao 25 de Abril e às forças democráticas, só podendo servir os interesses dos inimigos do regime democrático-constitucional;

Manifesta o seu pesar pelas vítimas de tão graves atentados e exprime as condolências às famílias enlutadas;

Reclama que sejam rapidamente averiguadas as circunstâncias e responsabilidades, seja feito o necessário esclarecimento da opinião pública e tomadas as medidas indispensáveis ao desmantelamento dos grupos terroristas e ao pronto julgamento e punição dos culpados.

Assembleia da República, 15 de Maio de 1980.
— Os Deputados do PCP: Zita Seabra — Maia Nunes de Almeida — Vital Moreira — Francisco Aiguel — Carlos Brito — Ercília Talhadas — João Amaral.

O Sr. Presidente: — Foi lido o voto e faltam três minutos para a hora regimental de encerramento do período de antes da ordem do dia. Os Srs. Deputados querem discutir o voto ou podemos votá-lo já?

O Sr. João Amaral (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. João Amaral (PCP): — O Sr. Presidenteceu-me a palavra depois de o voto ter sido apresentado e eu não queria deixar de dizer, pelo menos, porque é que tinha pedido a palavra.

Não estava em questão o facto de Deputados de árias bancadas — entre elas a minha, através dos Deputados António Mota e Sousa Marques — serem associado à intervenção do Sr. Deputado Bragança Tender. Não estavam em questão, como é evidente, e até pelo contrário, as carências da zona do Trás-os-Montes. Não estava em questão a necessidade de o Governo — este ou outro qualquer — mar as medidas necessárias para resolver os problemas. A única coisa que pus em questão foi o uso, por parte dos partidos da maioria, de um avulso direito de protesto, direito esse que tem de concedido para defesa pessoal ou do partido e

que foi utilizado para, depois dos pedidos de esclarecimento e depois das respostas aos mesmos, prolongar um debate que tudo indicava que já estava encerrado, e isto em prejuízo deste voto que queríamos que fosse votado.

O Sr. Presidente dirá se ainda há condições para o discutir e votar e para se produzirem as declarações de voto.

O Sr. Presidente: — Quanto ao voto, como estamos praticamente sobre a hora regimental para encerrar este período, penso que, se não houvesse discussão, poderia ser votado de imediato, se todos estivessem de acordo. Para proceder a uma discussão do voto, ele terá de transitar para a reunião de amanhã.

Portanto, como penso que há Srs. Deputados que querem intervir para o discutir, a discussão e votação serão feitas na reunião de amanhã.

Deu entrada na Mesa um pedido de prolongamento do período de antes da ordem do dia.

Pausa.

Não havendo oposição, considera-se prorrogado o período de antes da ordem do dia. Durante a prorrogação pode usar da palavra um Deputado de cada partido por cinco minutos.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, quero interpelar a Mesa, porque as afirmações produzidas pelo Sr. Deputado João Amaral não correspondem à verdade e é evidente que o Sr. Deputado Alexandre Reigoto fez um protesto. O sentido do protesto só pode ser analisado no fim. Efectivamente, durante a sua intervenção, ele protestou contra a forma como foi referida a igreja católica na intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista.

Protestos do PS e do PCP.

Portanto, é evidente que tem todo o direito de protestar, não sendo só quando os protestos são produzidos nos termos em que o Partido Comunista os costuma fazer que há lugar a protestos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, penso que o assunto está ultrapassado, na medida em que o Sr. Deputado Alexandre Reigoto acabou por dizer o que tinha a dizer.

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Presidente, se me fosse permitido, queria protestar contra a intervenção do Sr. Deputado Azevedo Soares, que não corresponde de maneira nenhuma à realidade das coisas e é uma interpretação grosseira da interpretação do pensamento do meu camarada Prof. Bragança Tender.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^o a palavra para formular o seu protesto.

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Protesto porque ao Sr. Deputado Azevedo Soares não conveio a intervenção do seu companheiro de bancada, o qual veio realmente concordar com as afirmações do Sr. Deputado Bragança Tender acerca de uma matéria que tem uma gravidade tal que implica discernimento e análise, independentemente dos intuições eleitoralistas e políticos que possam estar em causa, e vem agora, com desculpas de mau pagador, dizer que a intervenção do seu colega de bancada foi um protesto, quando de facto não foi.

O Sr. Deputado Bragança Tender não referiu a igreja católica. Meter agora a igreja católica é trazer aqui uma questão que nada tem a ver com a situação social, económica e política que foi trazida a esta Assembleia pelo Sr. Deputado Bragança Tender.

Portanto, repudiamos a intervenção do Sr. Deputado Azevedo Soares, que não consideramos, do ponto de vista político, com alguma honestidade.

Aplausos do PS.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, desejava saber se o tempo que o Sr. Deputado Azevedo Soares consumiu nas suas considerações extemporâneas se inclui no tempo que o seu partido dispõe no prolongamento do período de antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado sabe que não.

O Sr. João Amaral (PCP): — Não sei porque é que não se há-de incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Pela mesma razão por que não desconhei também há pouco o seu, nem desconheci agora este.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Essa é boa! Há pouco não estávamos em prolongamento.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Para me defender, Sr. Presidente.

Não foi referido o meu nome, mas creio que estou abrangido por aquilo que disse o Sr. Deputado João Lima.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^o a palavra.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Digo muito claramente que utilizei um direito regimental por uma forma correcta, protestando contra uma afirmação que considero que não é correcta — e acho que tenho todo o direito de o fazer — e que é suficientemente grave para merecer um protesto.

Queria que isto ficasse bem assente, porque eu não tenho o direito de fazer protestos apenas para defender os interesses do meu partido. Tenho o direito de fazer protestos quando são produzidas afirmações que chocam até com as minhas convicções pessoais.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — O Sr. Deputado João Lima fez um protesto. Tenho o direito de contraprotesto?

O Sr. Presidente: — Não tem, Sr. Deputado. O Sr. Deputado João Lima, quando muito, fez um contraprotesto ao seu protesto.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Desculpe, Sr. Presidente, eu interpelei a Mesa, não fiz protesto nenhum

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado não chegou a interpelar a Mesa em termos nenhuns. Em relação às suas afirmações, o Sr. Deputado João Lima fez, meu ver, um contraprotesto.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Eu não fiz protesto nenhum, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Qual foi o sentido da sua interpelação?

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — O sentido da minha interpelação foi para contrariar o sentido da interpelação do Sr. Deputado João Amaral. Foi esse o sentido da minha interpelação à Mesa, isto é, para colocar o problema no seu devido lugar.

E apenas quero, portanto, protestar contra as afirmações do Sr. Deputado João Lima, porque apenas procurei referir que a intervenção do Sr. Deputado Alexandre Reigoto tinha regimentalmente toda a razão de ser. O facto de praticamente toda a intervenção ter sido feita em termos de claro e inequívoco apoio à intervenção do Sr. Deputado Bragança Tender, com a qual concordo inteiramente, não impõe que, embora ligeiramente, tenha havido algum sentido de protesto quanto às referências que foram feitas à igreja católica na região transmontana.

Foi exactamente isso, mais nada.

O Sr. Bragança Tender (PS): — Sr. Presidente, agora não posso usar da palavra ao abrigo de figura regimental nenhuma?

O Sr. Presidente: — Lá poder não pode, mas o que é que o Sr. Deputado queria dizer?

O Sr. Bragança Tender (PS): — Era apenas responder ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo. Aí nas gastaria dez segundos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Onde é que já os cinco minutos!

O Sr. Presidente: — Não é só questão de tem o Sr. Deputado. É que não há nenhuma figura re-

mental que agora lhe permita usar da palavra. Não pode responder agora ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo, quando ele fez há pouco um protesto a que V. Ex.^a respondeu.

O Sr. Bragança Tender (PS): — Sr. Presidente, não era qualquer acção litigante, pode V. Ex.^a ter a certeza.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Era só uma interpe-
lação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas não lhe posso conceder a palavra.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ercilia Talhadas.

A Sr.^a Ercilia Talhadas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais unha vez trazemos hoje a esta Assembleia o problema em que se debatem os cerca de 1600 trabalhadores da Equimetal.

Sobre este assunto já tivemos oportunidade de fazer uma intervenção e quatro requerimentos ao Governo, aos quais o Governo fez orelhas moucas.

A Equimetal é uma das três mais importantes empresas do sector empresarial do Estado na metalomecânica pesada, devido à sua especialização no fornecimento de bens de equipamento, entre outros, para a indústria química, petroquímica e petrolífera, bem como vagões, contentores e seus componentes e equipamentos para centrais eléctricas.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Vale mais que o País todo!

A Oradora: — O Governo, no seu afã de desnacionalizar tudo quanto possa, já demonstrou claramente não querer viabilizar o sector da metalomecânica pesada para assim mais facilmente justificar aos olhos la opinião pública a sua entrega ao desbarato ao grande capital privado.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Entretanto, a crise da metalomecânica pesada agrava-se. Uma a uma, todas as empresas nacionalizadas do sector vão sendo metodicamente asfixiadas.

Por exemplo a Equimetal, que conheceu dias de esperança logo após a intervenção do Estado, experimentou um surto de crescimento muito rápido que isava responder às necessidades em equipamento para o arranque dos projectos siderúrgico, minério, cimenteiro, petrolífero e de petroquímica, encontra-se hoje à beira do colapso financeiro.

Os trabalhadores da Equimetal estão em luta por isso fizeram greve nos dias 5 e 6, 13, 14 e 15 do mês corrente.

Porquê a greve dos trabalhadores da Equimetal que Governo AD/Sá Carneiro/Freitas do Amaral calunia, passando por cima dos direitos constitucionais os trabalhadores. Desde Setembro de 1978 que os trabalhadores não vêm satisfeitos os seus salários a devida altura.

O contrato de viabilização, entregue em Dezembro de 1978, ainda não foi assinado, nem sobre ele dada qualquer resposta aos trabalhadores.

Porque fizeram greve os trabalhadores da Equimetal? Greve, porque já hoje é dia 15 de Maio e os trabalhadores ainda não receberam os salários de Março e Abril.

Greve porque a empresa se encontra em situação de ruptura económica e financeira e o Governo da AD, melhor traduzido «Aliança do Dinheiro» ...

Protestos do PSD e do CDS.

..., vem consecutivamente a adiar as medidas que resolvam os problemas da Equimetal, empresa com 100 % de capital social nacionalizado. Greve...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Greve ou grave?

A Oradora: — ... porque os trabalhadores têm efectuado descontos para a caixa de previdência e sindicatos, mas esse dinheiro fica retido na empresa.

Greve porque os trabalhadores desconhecem que destino foi dado a um aval de 70 000 contos recentemente concedido à empresa.

Greve porque os trabalhadores sabem que existem máquinas avariadas há meses que continuam por reparar.

Greve porque os trabalhadores vêm toneladas de material a deteriorar-se à chuva e ao sol porque não existe ninguém responsável que decida armazená-lo em boas condições de conservação.

Greve porque os trabalhadores sabem que encomendas inicialmente acordadas com a Equimetal foram depois desviadas para empresas privadas, etc.

A greve é por tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados; o Grupo Parlamentar do PCP está solidário com os trabalhadores da Equimetal, e com todos os trabalhadores que por este país fora lutam contra as medidas repressivas e arbitrárias do Governo do grande capital.

Dando hoje aqui voz aos trabalhadores da Equimetal, afirmámos que o adiar sucessivo das medidas, por parte do Governo e do IPE, se insere numa estratégia, hoje clara e inequívoca, de degradação total da empresa, consistindo na não entrada de encomendas de vulto desde Setembro de 1979 ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Isso era no tempo da Pintasilgo!

A Oradora: — ... e na conclusão rápida de algumas obras importantes ainda em curso, para mais comodamente o Governo e as entidades interessadas poderem assim decretar as medidas que estão a ser «cozinhas» nas costas dos trabalhadores.

O Grupo Parlamentar do PCP junta a sua voz à dos trabalhadores e daqui exigimos ao Governo a tomada imediata de medidas de saneamento económico e financeiro da Equimetal, de há muito exigidas pelos trabalhadores, garantindo a integridade da empresa e a sua continuidade no sector nacionalizado e a manutenção efectiva dos seus 1600 postos de trabalho.

Até quando continuará a fúria do grande capital, hoje Governo, contra as empresas nacionalizadas e o boicote sistemático aos reais interesses da economia nacional e dos trabalhadores?

Disse.

Aplausos do PCP.

O Sr. Mendes da Costa (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir um esclarecimento à Sr.ª Deputada Ercília Talhadas.

O Sr. Presidente: — Pode fazê-lo, Sr. Deputado. Conta nos cinco minutos do seu partido.

O Sr. Mendes da Costa (PSD): — Sr.ª Deputada, o problema dos trabalhadores da Equimetal também nos preocupa. Estamos a seguir com muita preocupação os problemas da Equimetal através da comissão de trabalhadores.

Quero referir que os 70 000 contos concedidos recentemente pelo nosso Governo à Equimetal, segundo julgo saber, ainda não foram recebidos pela empresa porque ainda está em negociação com a banca. Portanto, os 70 000 contos encontram-se em negociação bancária. Suponho que ainda não foram gastos.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada Ercília Talhadas, como sabe, não dispõe de tempo para responder. Agradeço que responda muito rapidamente.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Sr. Deputado, os representantes do PSD local têm feito muitas promessas, tal como o Governo da AD, aos trabalhadores da Equimetal. Na realidade, o Sr. Deputado, concretamente, não me fez nenhuma pergunta. São os trabalhadores da Equimetal que perguntam e o Sr. Deputado respondeu que a empresa ainda não recebeu o aval que foi concedido em Conselho de Ministros. Na minha intervenção eu disse: «Os trabalhadores desconhecem que destino foi dado a um aval de 70 000 contos recentemente concedido à empresa.» Sr. Deputado, os trabalhadores desconhecem qual foi esse destino. Se por acaso o Sr. Deputado, como Deputado da maioria que apoia o Governo, souber onde páram esses 70 000 contos, em nome do Grupo Parlamentar do PCP agradeço-lhe muito e certamente os trabalhadores da Equimetal também lhe agradecerão muito.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vitor Manuel de Almeida. Dispõe de cinco minutos.

O Sr. Vitor Manuel de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo não ser fastidioso, apesar de repetitivo, afirmar que a Região Demarcada do Douro é uma zona ímpar no mundo agrícola. É a região produtora do delicioso vinho generoso do Douro, mundialmente conhecido por vinho do Porto, que bastante contribui para a economia nacional essencialmente através da sua exportação. Por estas razões, se mais não houvesse, seria uma zona a proteger em todos os aspectos e com o máximo cuidado, cuidado esse já sentido no tempo do marquês de Pombal, aquando da sua demarcação.

Vem isto a propósito de alguns problemas que ultimamente têm inquietado o Douro, os seus agentes económicos e as suas populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É do conhecimento geral que a vizinha Espanha pretende construir junto à fronteira e na margem do rio Douro uma central nuclear, a central de Sayago, e que isso

tem levantado uma onda de protestos, quer das populações da região do Douro, quer das autarquias dessa zona.

Afirmo-se, por dever de justiça, que foi o presidente socialista da Câmara de Peso da Régua quem alentou o País para os problemas que a construção da central nuclear nessa zona pode acarretar para o clima da região e, consequentemente, para a produção do precioso néctar, alerta esse imediatamente subscrito por quase todas as câmaras municipais da região demarcada e que teve acolhimento por parte da Comissão Parlamentar do Ambiente da anterior sessão legislativa. Apesar destes protestos de alerta, a central nuclear vai crescendo e nem a recente visita ao nosso país do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha e as suas declarações sobre este assunto sossegaram as dúvidas e preocupações das gentes do Douro, que apenas exigem proteção contra qualquer eventual risco, quer para si próprios, quer para a produção do vinho do Porto, quase único meio da sua sobrevivência económica e poderoso factor na balança agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mas se isto não bastasse para legitimamente inquietar uma região novo facto aparece a preocupar as gentes do Douro mais concretamente da zona do Peso da Régua «capital» dessa região.

Relatemos alguns pormenores:

Existe no concelho de Peso da Régua, junto à barragem, na margem direita do Douro, uma unidade industrial — a Milnorte —, cuja actividade consiste na extração de silício a partir de sílica aquecida em fornos eléctricos, reduzida por diversas espécies de carvão, entre os quais sobressai a hulha. Desta actividade resulta a expulsão de sílica, monóxido e dióxido de carbono e provavelmente anidrido sulfuroso, que depois da passagem por um processo de despoieiramento são lançados para a atmosfera.

É natural que uma unidade industrial deste tipo lance poeiras e gases para o ar depois de filtrados o que já não lhes parece natural é o que por vezes se passa na Milnorte.

Se por qualquer motivo o sistema de despoieiramento pára, são lançados para a atmosfera, segundo dados fornecidos pela empresa, 30 t diárias de gases e poeiras, sem qualquer filtragem prévia. Ora, se be-se que por rotina o sistema de despoieiramento tem uma paragem mensal de trinta horas, o que corresponde a um lançamento, sem filtragem, de cerca de 40 t de gases e poeiras para o ar. Em caso de avaria, e tem havido várias, das turbinas do sistema de filtragem (só em Dezembro último estiveram avariadas quinze dias — 450 t), as turbinas, mesmo quando haja de reserva, não são imediatamente substituídas, pois têm de ir ao Porto para equilibrar o eixo.

Já se sabe, por análises feitas às poeiras, que estas possuem um teor de 92,2 % de sílica, mas não se tem a certeza dos efeitos dessa sílica nas pessoas nos bens, nomeadamente nas águas do rio Douro e nos vinhedos.

Foi já solicitada pela Câmara Municipal uma análise aos gases expelidos, mas até ao momento ainda não foi feita e continua-se sem saber se existem ou não gases tóxicos no ar que se respira, cert

como é, que o sistema de despoeiramento não assegura qualquer depuração desses gases, no caso de existirem.

Quando as poeiras são expelidas, sem prévio despoeiramento, em redor da fábrica, aonde existe um bairro da EDP, habitado por mais de uma centena de famílias, é impossível viver-se sossegado. Estas famílias queixam-se amarguradamente, pois não há roupa ou lonça lavada que consigam manter-se assim por muito tempo; os telhados, as hortas e vinhas ali existentes ficam cobertas com um manto de poeira negra.

Temos conhecimento que, conforme as condições climatéricas no vale do Douro, assim os fumos e poeiras atingem não só o concelho de Peso da Régua como zonas dos concelhos de Monção Frio, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Sabrosa, Alijó, Lamego, Armamar, Tabuaço e S. João da Pesqueira, todos da região demarcada. É toda uma vasta zona que começa a inquietar-se e a ficar alarmada.

Este problema, que pode ser grave, já foi presente à Assembleia Municipal da Régua, que por unanimidade decidiu apoiar todas as iniciativas tendentes a pôr termo a este estado de coisas e enviou exposições à Assembleia da República, Ministro da Indústria e Tecnologia, Ministro dos Assuntos Sociais, Ministro do Trabalho e Secretaria de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente.

As populações da região da Régua e muito concretamente as famílias que vivem no bairro da EDP, vizinho da fábrica, começam a impacientar-se e interrogam-se.

Haverá gases tóxicos nos fumos expelidos? Para quando a sua análise? A sílica lançada no ar poderá provocar silicose? A fauna do rio Douro, a sua água, que serve de abastecimento ao consumo público, não estarão a ser afectadas? E a longo ou médio prazo qual a influência das poeiras na produção do vinho do Porto, sendo certo que em hortas existentes perto da fábrica as couves aparecem perfuradas e as folhas das videiras cobertas de pó negro? Qual a razão porque a Milnorte, sabedora desta inquietação, ainda não tomou posição pública a esclarecer e a sossegar as pessoas? Há ou não poluição provocada pela Milnorte?

São estas interrogações e dúvidas que as pessoas querem ver esclarecidas para seu próprio sossego.

O que se pretende, o que se exige, é que sejam feitas rapidamente análises aos fumos para ver se há ou não gases tóxicos e em que quantidade; que se estude e se aplique um processo eficaz para que a estação de despoeiramento não seja desligada nos períodos de trinta horas mensais; que a Milnorte adquira turbinas de reserva (normalmente só tem uma) para o sistema de despoeiramento e pessoal especializado para realizar as reparações no mais curto espaço de tempo; que sejam consultados técnicos para analisar os efeitos sobre o rio e as vinhas.

Parece-me não ser exigir demasiado, quando pode estar em causa a saúde de muita gente e a produção de um produto rico e único.

Exige-se a quem de direito, Ministério da Indústria e Secretaria de Estado do Ambiente, que cumpram ou façam cumprir o que com justiça e oportunidade

é reclamado pelas populações e pela legislação em vigor no que ao sector industrial diz respeito.

Nesse sentido, também entrego a Mesa da Assembleia um requerimento a esses departamentos governamentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As gentes da Régua e terras circunvizinhas estão desinquietos e exigem sossego.

Esta minha intervenção só terá algum mérito se conseguir que esse sossego chegue mais depressa a essa região.

Tem a palavra o Governo. Que cumpra o seu programa na parte inscrita no capítulo de ordenamento e ambiente, tanto mais que as promessas de defesa do meio ambiente foram seu timbre eleitoral.

Aplausos do PS.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, posso pedir esclarecimentos e qual o tempo de que disponho?

O Sr. Presidente: — Pode, por conta dos cinco minutos a que o seu partido tem direito.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Comungamos com o Sr. Deputado que acabou de falar quanto às preocupações em relação às centrais nucleares de Sayago, no rio Douro, de Almaraje, no Tejo, e de Valle de Caballeros, no rio Guadiana. Tem sido desde sempre uma preocupação do meu partido alertar as autoridades para esta situação e para as medidas de *contrôle* e fiscalização das normas de segurança das mesmas por parte das autoridades portuguesas. Evidentemente que a posição do meu partido é extremamente simples para quem ainda duvida se as centrais nucleares são um processo útil ou sequer seguro de produção de electricidade. É tão seguro esse processo que as autoridades espanholas colocam as suas centrais nucleares a despejar a água que serve de arrefecimento aos reactores directamente para Portugal. Não julgamos que isso seja uma mera coincidência.

Pensamos, efectivamente, com aliás já temos alertado publicamente e até na própria região do Douro, na dificuldade que há hoje em serem cabalmente analisadas e avaliadas todas as consequências resultantes dos níveis de radioactividade admissíveis de serem libertados para o ambiente pelo funcionamento das próprias centrais. Nós, e juntamente connosco todo o movimento ecológico europeu e mundial, pomos em causa esses limites admissíveis dos teores de radioactividade artificial lançada para o ambiente, cujas consequências neste momento ainda não estão totalmente avaliadas.

O meu pedido de esclarecimento é muito simples: levantando-se o PS pela primeira vez com preocupações de carácter antinuclear — sabendo-se que, enquanto foi governo, o Sr. Ministro Walter Rosa defendeu intransigentemente, aliás como a CPE e a EDP, a construção da central nuclear de Ferrel, sabendo-se que o Dr. Salgado Zenha, pessoa que muito aprecio, disse que quem fosse contra a energia nuclear em Portugal era por certo comunista —, eu

gostaria de saber se a intervenção do Sr. Deputado neste momento significa um volte-face e uma adesão do PS às posições antinucleares que o meu partido tem assumido, muitas vezes só, na cena política portuguesa. Se assim é, só temos que nos regozijar todos nesta Casa.

Uma última questão é a seguinte: o Governo da Aliança Democrática não utilizou para fins eleitorais a política de ambiente. A Aliança Democrática tem como seu parceiro e parte integrante um partido que mais do que ninguém tem defendido em Portugal o ambiente e as posições antinucleares que só agora são despertadas noutros partidos. E o programa de ambiente da Aliança Democrática e do Governo vai ser cumprido. E aquilo que julgamos urgente, pelo menos pela nossa parte, pensamos que será resolvido pela Assembleia, como seja o caso dos projectos de lei que o PPM já apresentou em relação à necessidade da implantação da lei do impacto ambiental, à necessidade de proibir que despejos radioactivos sejam colocados na nossa zona económica exclusiva.

Aplausos do PSD e do PPM.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Sr. Presidente, tinha algumas perguntas para fazer ao Sr. Deputado Vítor Manuel de Almeida, mas, como vamos fazer uma intervenção e precisamos de tempo, prescindo.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi referido o meu nome e eu queria dar um esclarecimento a esse respeito para informar o Sr. Deputado do PPM que falou que não fiz a afirmação que me foi atribuída.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, peço a palavra para um contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu posso trazer na próxima sessão um artigo do Dr. Salgado Zenha publicado em *O Jornal* que diz exactamente isso e que até foi objecto de um meu artigo de resposta, igualmente publicado em *O Jornal*.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — É apenas para dizer que eu não fiz nenhum protesto, apenas dei um esclarecimento. Nunca fiz a afirmação que me foi atribuída e mantenho aquilo que disse.

Claro que publiquei esse artigo, tenho um ponto de vista sobre energia atómica que não coincide com o do Sr. Deputado. O que reitero é que nunca fiz a afirmação que me foi atribuída, nem ela corresponde ao meu pensamento.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vítor Manuel de Almeida pode responder, desde que seja muito breve. Como sabe, não dispõe de tempo para a resposta.

O Sr. Vítor Manuel de Almeida (PS): — Vou tentar ser breve, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Luís Coimbra, os problemas nucleares foram referidos na minha intervenção lateralmente, porque o problema maior que me levou a fazer esta intervenção é o caso da possível poluição provocada pela Milnorte. No entanto, posso dizer-lhe — na minha intervenção eu referi precisamente isto — as gentes do Douro não são propriamente contra a energia nuclear, o que elas exigem é proteção contra qualquer eventual risco.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao aspecto eleitoral, lembro-lhe que o programa do seu Governo diz: «Finalmente, o Governo estudará uma lei geral de prevenção e controlo da poluição que evite a poluição do ar e das águas por certas instalações industriais.»

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar Mendes.

O Sr. Gaspar Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A maior parte dos habitantes dos concelhos de Cantanhede e limítrofes têm como principal actividade a agricultura. De entre as várias actividades de produção dos agricultores desta zona sobressai a pecuária, quer pela qualidade, quer pela quantidade, quer pelo valor dos respectivos produtos.

De entre estes produtos tem o leite uma importância decisiva e capital na economia destas populações. Na verdade, o rendimento proveniente da produção de leite na região funciona para o agricultor como sendo um salário que lhe assegura a sua subsistência e a do seu agregado familiar. Desde há muito existe um atraso no pagamento do leite por parte das cooperativas unidas na Lacticoop, entidade que na área procede, em exclusivo, à recolha e concentração do leite. A entidade citada — União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego — tem vinte e uma cooperativas associadas, num total de mais de 25 000 produtores, que são responsáveis por cerca de 20% da produção nacional. No concelho de Cantanhede, onde existem cerca de 3000 pequenas empresas familiares produtoras de leite, o atraso no respectivo pagamento tem variado entre os quarenta e os sessenta dias. A situação traz para os agricultores deste concelho, sujeitos a um nível de vida extremamente baixo, uma grande dificuldade na satisfação dos seus compromissos, mormente naqueles que são assumidos com os, desde sempre, caros factores de produção.

O actual Governo, para além de ter já tornado público o aumento de preço, de 1\$50 para a classe A e de 1\$ para a classe B, a pagar à produção entre 15

de Setembro e 15 de Fevereiro, altura em que esta é, naturalmente, mais baixa, servindo portanto como incentivo à produção nesta altura do ano, e ainda da concessão de um subsídio de 2\$ por litro de leite em natureza, nas quantidades que ultrapassem as vendas realizadas em cada mês, as do ano passado, subsídio esse que é atribuído às uniões de cooperativas, dizímos nós, o actual Governo, num acto de manifesta boa vontade, procedeu, recentemente, ao pagamento de uma grande quantidade de leite que havia sido desidratado e cujo pagamento a Lacticoop vinha reivindicando, insrufiamente, desde há muito tempo. No entanto, este dinheiro apenas serviu para que o atraso no pagamento aos produtores não se agravasse ainda mais.

A união das cooperativas encontra-se bastante interessada, segundo afirmam os seus dirigentes, na satisfação rápida dos débitos para com os seus associados e em fazer, no futuro, os pagamentos atempadamente. Para atingir este fim terão de ser tomadas medidas que vêm sendo pedidas há anos, tais como o terminar com as recolhas ilegais por parte de empresas privadas na área social de algumas das cooperativas associadas. A recolha feita nestas áreas, e por mais de uma entidade, tendo em conta que são zonas dispersas, com pouca produção, e ainda o alto custo dos transportes e de toda a estrutura de recolha, leva a um elevado e incompatível preço acrescido em cada litro do produto. Impõe-se a solução deste problema sem que para tal se esqueça também a grave situação económica das empresas privadas do ramo ...

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Claro! Claro!

O Orador: — ..., mas tendo em conta o prejuízo que a actual situação traz mesmo para aqueles, e são a maior parte, que tem as suas empresas localizadas nas zonas onde de facto a recolha é feita pelas cooperativas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O prejuízo é, logicamente, suportado por todos!

Uma outra medida que se impõe consiste na regularização, tantas vezes pedida ao longo dos últimos cinco anos, da transferência de direito, porque de facto já se operou, dos bens pertencentes à antiga Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral, designadamente do Centro de Concentração de Leite, na Tocha.

A falta de regularização desta situação traz consigo a dificuldade e muitas vezes a impossibilidade de haver uma garantia real para os créditos necessários a empreendimentos que são absolutamente necessários e que acabam, em recurso, por ser feitos com dinheiro que devia servir para pagar aos agricultores.

Logo que o património da antiga Federação da Lavoura da Beira Litoral entre de direito para o património da Lacticoop, esta poderá, sem grandes dificuldades, ter acesso a linhas de crédito que lhe proporcionarão a actualização dos pagamentos, um indispensável fundo de maneio e o investimento necessário e urgente ao seu bom funcionamento técnico. Crédito esse que, aliado a outros, proporcionará investimentos no sentido de melhorar as qualidades dos animais, feitura de salas de ordenha e aperfeiçoamento

das existentes, refrigeração, veículos para recolha, unidades de tratamento e transformação, etc.

Atendendo a que o leite é essencial na alimentação humana e no perfeito desenvolvimento das nossas crianças e é ainda fonte de receita indispensável para a sobrevivência dos agricultores e suas famílias na zona a que nos referimos, solicita-se ao Governo que faça uma análise da situação e continue a tentar solucionar, dentro da sua esfera de acção e da forma mais conveniente, os problemas específicos que afectam os produtores de leite, de forma que estes consigam uma melhor qualidade do produto e a aplicação de técnicas que façam baixar o respectivo custo de produção, tornando as empresas economicamente viáveis e dando ao agricultor a qualidade de vida a que ele aspira e a que, inegavelmente tem direito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Apesar da complexidade do problema, acreditamos que ele não é insolúvel e que dentro do possível todos os esforços estão a ser e serão feitos pelas entidades interessadas na sua solução, solução essa que será encontrada mediante a congregação das vontades e tendo em vista a nossa próxima integração no Mercado Comum.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É para todas as entidades responsáveis que apelamos, no sentido de que sejam criadas as condições para que o agricultor receba atempadamente, o dinheiro, produto do seu esforço, e para que lhe seja dada a necessária possibilidade de actualização técnica, para a qual é indispensável o acesso desburocratizado, embora responsável, a linhas de crédito.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: À medida que o tempo passa mais se intensifica a política do Governo AD ao serviço imperialismo, ...

O Sr. Manuel Pereira (PSD): — É o mesmo disco!

O Orador: — ... da repressão e provocação sobre o movimento popular e de total complacência e cumplicidade com toda a casta de facistas, bombistas e pides.

O Sr. António Lacerda (PSD): — E UDPistas!

O Orador: — Este país e este povo começam a sentir-se, de novo, envolvidos por uma teia política, policial e psicológica que lhe recordam, ainda que com novas formas, o negro passado fascista.

Os comissários políticos da AD instalaram-se em todos os sectores estratégicos da sociedade portuguesa, com especial destaque para a sensível área da comunicação social, e, aí, cumprem a tenebrosa tarefa de tentar iludir, amedrontar, corromper e reprimir todo um povo e tudo aquilo que possa de alguma forma constituir alguma ameaça aos seus designios.

O Governo AD lança-se neste momento, numa frenética campanha para recuperar tudo o que constituía o passado salazarista ...

O Sr. António Lacerda (PSD): — Frenético é você!

O Orador: — ... é o lançamento de um candidato do 24 de Abril às presidenciais ...

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — ... e a este propósito gostaríamos de saber como pode o general Soares Carneiro usar o seu cargo nas forças armadas para fazer campanha eleitoral, enquanto outros oficiais ligados ao 25 de Abril são punidos à mínima declaração; ...

Aplausos de alguns Deputados do PCP.

... é o regresso à RDP, em condições pouco claras, das figuras ligadas ao passado, como António Agostinho e Pedro Moutinho; é a realização, em Lisboa, de uma semana de exaltação do fascismo organizada pelo fascista espanhol Blas Pinar e pela ultra-reaccionária Frente Nacional.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não faz muita diferença da UDP.

O Orador: — É evidente que esta iniciativa é claramente uma iniciativa fascista e como tal contrária aos interesses do nosso povo e à Constituição da República, que expressa e claramente proíbe a difusão da ideologia fascista.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Mais do que fascista, é «udépista».

O Orador: — Para além dos discursos de propaganda dos tenebrosos representantes do passado estão projectadas jantaradas em instalações municipais, nomeadamente no Castelo de S. Jorge — para que o Sr. Engenheiro Nuno Abecasis, não contente com corte das árvores do jardim da Gulbenkian, pretende também colaborar na sementeira das ideias fascistas no nosso país —; está programada a projecção de filmes nazi-fascistas em instalações sob responsabilidade do Estado Português.

Será que o Governo, tão rápido e zeloso a impedir a entrada em Portugal de delegações que não são da sua simpatia e até de delegações sindicais, vai permitir de novo a entrada em Portugal de Blas Pinar e outros fascistas?

Será que o Governo, que proibiu uma iniciativa de apoio aos povos em luta, vai permitir esta realização, que ofende profundamente os sentimentos do nosso povo, da humanidade progressista e que é um atentado à nossa Constituição?

É claro que a UDP não tem qualquer ilusão sobre a atitude do Governo em relação a tal iniciativa.

É que ela serve os seus interesses e os da AD; embora publicamente não se comprometa, subrepticiamente incentiva e apoia esta manobra, que se insere na sua estratégia de destruição do espírito e das conquistas do 25 de Abril.

A UDP denuncia publicamente estas manobras antipopulares e anticonstitucionais, entre as quais se insere a baixa provocação do pasquim *O Dia*, ao insinuar explicitamente a ligação de uma força profundamente ligada aos interesses e anseios populares e com um projecto revolucionário e democrático, como é a UDP, às actuações marginais que servem claramente os interesses da direita e cobrem uma vasta manobra de provocação para criar um clima de ataque às liberdades, ao movimento operário e popular.

A UDP apela aos trabalhadores antifascistas e a todos os homens e mulheres deste Portugal que se quer de Abril que não aceitem o passado e que através dos seus protestos e da sua luta obriguem o Governo AD a recuar e a proibir esta sinistra manobra de carácter claramente fascista.

S Presidente, Srs. Deputados: Para se ver até que ponto este Governo é contra os interesses dos trabalhadores e do 25 de Abril e a favor de todos os exploradores e fascistas basta comparar a complacência e cumplicidade da AD em relação à referida semana fascista e a intransigência e repressão do Governo em relação à luta dos trabalhadores da Petrogal. Os trabalhadores da Petrogal encetaram uma luta pela revisão do seu contrato que já dura há dezoito meses. Porém, o conselho de gerência e o Governo, em vez de atenderem às justas reivindicações dos trabalhadores, respondem a estas com a requisição civil, tentando assim quebrar a luta e amedrontar, os trabalhadores. Mas estes têm consciência plena da justiça das suas exigências e da ilegalidade que era a requisição civil e defrontaram esta arbitrariedade decisiva e o Governo teve de recuar para atacar em novos moldes. É agora a repressão selectiva um dos métodos utilizados pelo conselho de gerência e pelo Governo AD. Com base na desobediência à requisição civil, são suspensos oito trabalhadores e sujeitos a inquérito policial. Os trabalhadores químicos da Petrogal enfrentando o conselho de gerência, o Governo e os divisionistas da UGT, que tudo têm feito para os dividir, responderam a esta repressão selectiva e pidescam uma greve de sete dias, para exigirem a reintegração dos oito companheiros suspensos.

Os trabalhadores da Petrogal exigem aumentos que possam atenuar o brutal aumento do custo de vida. Mas o Governo quer impor um tecto salarial para todas as empresas nacionalizadas e para a função pública que não ultrapassa os 20 %.

A UDP está solidária com os trabalhadores da Petrogal na sua justa luta contra a repressão selectiva, pela reintegração imediata dos oito companheiros suspensos e pela revisão do Contrato em moldes justos para os trabalhadores, já que são eles que tudo produzem e vivem mal, enquanto os grandes capitalistas, o conselho de gerência e o Governo, que nada produzem, vivem e prosperam à custa de quem trabalha.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Tal como a UDP!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É assim este Governo: repressão e fome sobre quem trabalha, total apoio e incentivo aos exploradores e fascistas.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — O Sr. Deputado está a falar da UDP?!

O Orador: — Só que os trabalhadores e o povo não são carne para canhão. Só que os trabalhadores não se amedrontam perante esta ofensiva.

Foi disso exemplo o 25 de Abril deste ano, foi disso exemplo o 1.º de Maio, são exemplo as greves que assolam o País, como é o caso da greve dos trabalhadores da Petrogal. Exemplo será a manifestação que no dia 24 vai sair à rua para lutar pela liberdade de informação.

Se está em marcha o plano fascizante do Governo AD, em marcha está o plano do movimento popular.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Social-fascista da UDP!

O Orador: — Derrotar a AD antes de Outubro, e o plano do movimento popular sairá vitorioso.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — O que é que dirá o major Otelo sobre isso, com a FUP a desfazer-se?!

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Morgado.

O Sr. João Morgado (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A carência de habitações em todo o País é um facto incontrovertido, já por mais de uma vez denunciado nesta Assembleia, quer no debate sobre a legislação reguladora do arrendamento urbano, quer na discussão dos diplomas relativos às cooperativas da habitação, quer até na apreciação dos orçamentos e planos dos sucessivos Governos Constitucionais.

Ainda recentemente, na discussão que precedeu a votação negativa do pedido de ratificação do decreto-lei do IV Governo Constitucional que permitia a moralização e a actualização periódica das rendas dos edifícios urbanos destinados à habitação, esta Câmara tomou conhecimento e foi sensibilizada para a crise de habitação que se atravessa, tendo na altura o meu Partido assumido o compromisso de apresentar uma lei-quadro da habitação que venha a contribuir para solucionar os múltiplos problemas que se levantam nesse domínio, designadamente o acesso à construção de casa própria, a normalização do mercado de habitação e o equilíbrio entre a oferta e a procura de casas para arrendar.

Todavia, a situação de carência que se vive está a ocasionar, particularmente nos agregados populacionais ao nível de concelho rural, uma profunda crise nos quadros dos serviços públicos ali instalados.

Efectivamente, são inúmeros os concelhos por esse país fora onde há muitos e muitos anos não surge uma casa, nem mesmo um quarto particular para arrendar.

Inúmeros são também os concelhos onde não funciona qualquer estabelecimento hoteleiro que possa albergar quem ali pretende ou seja forçado a residir.

Dai o drama com que se debatem os funcionários da Administração Central, Local e Judicial, colocados nesses concelhos em vagas surgidas nos quadros a que pertencem.

Esses funcionários, à falta de instalações onde possam viver, tudo fazem, óbvia e legitimamente, para fazer cessar o desempenho de funções nessas localidades, quer através de pedidos de transferência quer

por outros expedientes lícitos que os libertem da situação angustiante e desesperada de não terem onde morar.

Paralelamente, os concursos abertos para preenchimento dessas vagas ficam numas vezes desertos, noutras a elas apenas concorrem candidatos que têm fundamento para as não ir ocupar ou outros que desconhecem a situação que no campo habitacional irão enfrentar.

Deste quadro negro resulta que em muitos concelhos rurais os serviços públicos se encontram desfalcados de pessoal ou se vêem a braços com sucessivos e breves preenchimentos dos quadros, seguidos de longos períodos de vacatura, com todos os inconvenientes para as populações e para o bom andamento dos serviços do Estado.

Não é este o momento adequado a tentar descobrir e denunciar os culpados desta situação, nem a natureza desta intervenção tem esse objectivo, principal ou secundariamente. Mas já terá cabimento analisar a angústia que atormenta os funcionários públicos e equiparados quando se lhes perspectiva uma transferência, por conveniência de serviço, ou em razão de promoção ou por imperativo legal, para localidades onde não há onde viver, angústia que se aprofunda e potencializa face ao despacho que transforma a perspectiva em realidade.

A primeira reacção dos funcionários nomeados para localidades nessa situação consubstancia-se, normalmente, numa reflexão profunda sobre uma das atitudes seguintes:

- a) Ou retardar a posse, na esperança de que tal não venha a ter lugar;
- b) Ou utilizar uma terapêutica legal para evitar o desempenho do cargo;
- c) Ou organizar um sistema de vida que lhe permita permanecer o mínimo tempo possível na localidade onde foi colocado.

É evidente, e desnecessário se tornaria referi-lo, que a falta de alojamento condigno para os funcionários e respectivas famílias se reflecte negativamente no seu rendimento de trabalho, na tranquilidade de espírito a que têm direito, na economia familiar, no estreitamento de laços entre os membros da família e na própria conservação desta.

Os problemas humanos, económicos, profissionais e funcionais que apontei constituem, naturalmente, para o meu Partido, motivo de maior preocupação.

E com mágoa se constata que, não obstante a sua magnitude, nenhum dos seis Governos Provisórios ou dos cinco Governos Constitucionais de triste memória lhes dispensou a mínima atenção.

É certo que tal desinteresse não surpreende relativamente aos Governos comunistas de 1975; mas o mesmo não sucede quanto aos restantes Governos que precederam o gabinete da Aliança Democrática.

O facto indescritível, porém, é que não houve diploma, fosse qual fosse a sua dignidade, que se ocupasse da matéria ou revelasse vontade política em solucionar, ou tão-pouco atenuar, a grave situação apontada.

Quando no Governo, comunistas e socialistas ignoraram simplesmente esse e outros graves problemas dos funcionários e das populações, preocupados como

estavam com a ilomada do poder ao nível de chefia na Administração e com o provimento na função pública de elementos merecedores da sua confiança política.

Curiosamente, os sindicatos da função pública não fizeram ouvir a sua voz reivindicando a eliminação da carência habitacional que afectava os funcionários da Administração Central, Local e Judicial.

O problema é de difícil solução e requer um grande esforço e paralela capacidade dos governantes. Mas a solução existe e está ao alcance de um Governo meridianamente capaz.

Por isso o meu Partido está convicto de que o Governo da Aliança Democrática não deixará de o equacionar a curto prazo e de o solucionar nos quatro anos que se seguirão às próximas eleições.

O Sr. Gualter Basílio (PS): — *Vade retro, Satanás!*

O Orador: — Será um projecto ambicioso; será um desafio estimulante; mas será sobretudo uma tarefa meritória e justa, que visa satisfazer uma necessidade desses abnegados trabalhadores que são os funcionários da Administração.

Como irá formular o projecto? Como irá desenvolvê-lo? Como irá realizá-lo?

O Governo da Aliança Democrática terá a resposta. Mas o meu Partido está certo de que ela conterá pelo menos esta afirmação, muito clara e muito concreta: os funcionários do Estado irão ver assegurada a sua instalação condigna nas localidades onde forem colocados.

E pensamos que este será apenas um primeiro passo, porque defendemos uma maior amplitude na contribuição do Governo para garantir aos servidores do Estado o exercício de um direito que constitucionalmente é atribuído a cada português — o direito à habitação.

Evidentemente que propugnamos pelo acesso de cada português, funcionário público ou não, a uma habitação em condições de higiene e de conforto, tanto nas grandes cidades como no interior do País. E desejamos criar as condições para que os Portugueses possam viver em casa própria.

O Sr. Marino Vicente (PCP): — Brincalhão!

O Orador: — Mas entendemos que como entidade patronal, aliás de características muito especiais, o Estado tem particulares responsabilidades na instalação dos seus servidores, aos quais impõe a prestação de serviço em determinadas localidades, por vezes remotas, e cujo ritmo de construção civil é reduzidíssimo, se não inexistente.

Estamos certos de que o Governo da Aliança Democrática não se eximirá a essas responsabilidades e não regateará esforços, nem meios, nem desvelo, para atingir a médio prazo o magno desiderato que é proporcionar habitação condigna aos dedicados servidores da função pública.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, faltam cinco minutos para terminarmos o período regimental de antes da ordem do dia. Perguntava ao Partido Comu-

nista Português se pretende apresentar agora o projecto de lei n.º 449/I, porque certamente estes cinco minutos que faltam não chegam para o efeito.

Vozes do PCP: — Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, fazemos aqui o intervalo regimental e regressamos às 17 horas e 55 minutos. A sessão está suspensa por trinta minutos.

Eram 17 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos entrar no período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Para a apresentação do projecto de lei n.º 449/I, do Partido Comunista Português, sobre parceria agrícola, tem a palavra o Sr. Deputado Vitor Louro.

O Sr. Vitor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O projecto de lei sobre parceria agrícola que o PCP apresentou à Assembleia da República é em si mesmo um acto de profunda justiça. Com ele pretendemos dar um sério passo em frente na concretização da orientação que esta Assembleia aprovou já há três anos, segundo a qual devem ser criadas condições para a efectiva abolição da parceria.

Como se sabe, a parceria agrícola é um regime segundo o qual um agricultor sem terra tem o direito de explorar terra de um proprietário, em que ambos detêm direitos e deveres profundamente concorrentes. Da parte do parceiro proprietário ele obriga-se a contribuir com uma quota-parte de certos factores da produção agrícola (adubos, pesticidas, etc.), enquanto o parceiro agricultor se obriga a retribui-lo com uma quota-parte também de factores de produção. É o regime mais vulgarmente conhecido como de «meias», «terças», «quartas», «quintas», etc. Nesse regime, como se sabe, em geral só determinadas culturas — as culturas principais — são objecto dessa divisão.

Note-se que este regime consiste numa teia apertada de relações entre os dois parceiros, através das quais um e outro têm direitos e obrigações em relação às culturas principais, e portanto os resultados líquidos da exploração dependem de ambos. A sua iniquidade consiste claramente no seguinte: o proprietário dispõe de uma grande segurança relativamente ao agricultor; e quanto mais trabalha o agricultor mais ganha o proprietário.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Pescadinha de rabo na boca!...

O Orador: — Na verdade, se o ano corre bem, o proprietário entrou com uma quantidade de factores normal e recebe, com o trabalho acrescido do agricultor no final do ciclo, uma produção maior. Mas,

se o ano corre mal, o proprietário entrou com a mesma quantidade de factores, enquanto o agricultor teve de dedicar à exploração muito mais cansaço e trabalho para ambos receberem um resultado inferior; ou, se o proprietário entrou com maior quantidade de factores, foi o agricultor que teve o trabalho acrescido de os aplicar. De qualquer modo, na medida em que o agricultor melhora as técnicas de exploração o proprietário ganha com isso.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É um trabalhador explorador?!

O Orador: — O quadro completa-se dizendo que em regra o preço dos produtos agrícolas aumenta menos do que o custo de produção. Daqui resulta uma situação de mais intensa exploração do trabalho do agricultor, já que o proprietário obtém quase sempre a remuneração do capital utilizado, enquanto o trabalho, mesmo quando acrescido, vê a sua remuneração diminuída sistematicamente. Quer dizer, o proprietário encontra geralmente a reprodução do seu capital, porque o preço dos produtos em princípio cobre o preço dos factores; mas o agricultor recebe progressivamente menos pela remuneração do seu trabalho, porque a parcela do resultado que sobra da remuneração do capital é cada vez menor.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Isso parece uma sebenta!

O Orador: — Veja lá se aprende alguma coisa, ao menos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Uma sebenta, má!

O Orador: — Em suma, o regime de parceria agrícola não é apenas um regime de exploração da terra mas também do homem. Além disso, é um regime altamente inibidor do progresso agrícola: primeiro, porque só unia das partes — o agricultor — está com as mãos na agricultura, mas tem de sujeitar-se às vontades da outra parte — o proprietário —, que, por estar afastado da agricultura, não acompanha a evolução; segundo, porque o agricultor tem de se ater à escolha de culturas feita pelo proprietário, que as mais das vezes estão relacionadas exclusivamente com o seu interesse particular e caseiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também na parceria se levanta, evidentemente, o problema dos proprietários pequenos e dos proprietários grandes. De facto, uma parte dos parceiros proprietários são pobres e encontram na concessão das suas courselas em parceria a garantia de um mínimo essencial de rendimento ou até alimento que por outra via não encontram. Isso, porém, não altera nada do que dissemos na análise efectuada, pelo contrário aponta para a necessidade de um regime de segurança social que cubra essas pobres e injustas situações. Porque, em termos de progresso da agricultura, são tão negativos os contratos de parceria com os que precisam desse rendimento para sobreviverem como com os que os utilizam como rendimento complementar.

Também é certo que mesmo nos dias de hoje a parceria constitui, apesar de tudo o que dissemos, um factor que garante ao agricultor (seja ele meeiro, terceiro, etc.) um mínimo de possibilidade de sobre-

vivência. Explicando: há muitos agricultores sem terra e sem dinheiro, que não têm o capital mínimo indispensável para os avanços às culturas, isto é, para a compra dos factores de produção, nem o crédito lhes é acessível, principalmente neste sistema económico-financeiro imposto pela política de direita que só beneficia os ricos; e por outro lado encontram aí, à falta de um sistema capaz de seguro agrícola, um mínimo de segurança relativa, já que, se a colheita for menor, também entregará ao proprietário uma quantidade menor.

Enfim, esta realidade complexa conferiu à nossa iniciativa exactamente a forma que tem e não outra. Por outras palavras, o projecto de lei que apresentamos contém soluções que temos por adaptadas a essa realidade complexa da parceria agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É certo que a lei do arrendamento de 1975 acabou legalmente com a parceria, embora de facto ela tenha subsistido na maior parte dos casos. E o retrocesso verificado com a lei de 1977 constitui, no entanto, um progresso em relação ao regime existente até 1975.

Mas logo mesmo em 1977 a nova lei do arrendamento obrigou o Governo a adoptar normas que viabilizassem a efectiva extinção da parceria, que até agora não foram por diante. Isto de resto é coerente com a verdadeira posição dos partidos da direita sobre a parceria: o seu interesse real é mantê-la e não extinguirla. Por isso se preocupam em reabilitá-la, moralizando-a em relação àquilo que existia antes da lei de 1975. Mas já nessa altura significativamente se recusaram a deixar em lei uma possibilidade de a transformar em arrendamento, certos de que com isso, mesmo que o Governo adoptasse medidas no campo do crédito, seguro e extensão rural, elas não resultariam por impossibilidade legal.

Por isso afirmamos que esta direita enche a boca com a Europa e a CEE só para o que lhe convém. Porque até nesses países da Europa foram adoptadas medidas legais e outras para acabar efectivamente com o regime de parceria, que é uma reminiscência viva do feudalismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O nosso projecto de lei está dividido em duas partes.

A primeira é dedicada às situações em que se mantenha a parceria. Nela, além de se reafirmarem as disposições legais em vigor e clarificarem soluções para os casos decorrentes da proibição estabelecida na lei de 1975 que a experiência mostra necessárias, introduzem-se disposições com vista a dar maior autonomia ao parceiro agricultor por forma a diminuir as consequências negativas da parceria.

No segundo e principal capítulo trata-se de conferir o direito ao parceiro agricultor de transformar a parceria em contrato de arrendamento rural, se assim desejar, e estabelecer o respectivo processo. Esta é uma inovação fundamental no regime jurídico da parceria agrícola e do arrendamento rural.

No processo de transformação prevê-se a forma de estabelecimento das condições de contrato e da renda — ambas extremamente simples e garantindo a plena participação das duas partes interessadas e permitindo recurso à comissão concelhia de arrendamento rural com carácter arbitral. Para a fixação da renda fixa-se como padrão um oitavo do valor médio das colheitas das três culturas principais nos três últimos anos, até ao limite da renda máxima legal.

Além disso resguarda-se o direito de habitação do agricultor e de este continuar o processo produtivo através da utilização das construções e dos meios de produção afectos à exploração do prédio arrendado, que até aí utilizava, bem assim como o direito à assistência técnica e ao crédito bonificado e com condições de prazo e garantias que permitam a aquisição dos meios de produção.

No essencial, portanto, estabelece-se o princípio de voluntariedade da transformação da parceria em arrendamento, transformação a que o agricultor recorrerá sempre que veja que nisso tem vantagens e suficiente segurança.

Deste modo, criam-se condições legais para a efectiva abolição da parceria e, em consequência dá-se um passo em frente com vista a libertar progressivamente a agricultura e os agricultores portugueses dos estrangulamentos que os têm travado.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz para pedir esclarecimentos.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com bastante atenção a intervenção do Sr. Deputado Vitor Louro para a apresentação do projecto de lei sobre parceria agrícola. Queria agora colocar-lhe algumas questões.

Em primeiro lugar, e como preâmbulo, queria dizer que me admira extraordinariamente a concepção aqui defendida hoje pelo PCP de que a parceria agrícola seria uma visão feudal. Para nós, a parceria agrícola é observada como uma empresa e uma empresa de grande interesse, até porque é uma empresa que contempla de uma forma muito especial o trabalho. Entendemos assim que o PCP pretende reacender um conflito social que assenta no arrendamento rural. O PCP, aliás, sabe que só pode sobreviver de mãos dadas com o conflito social, que é, aliás, a sua única forma de existência e que já o mostrou ao longo dos tempos.

A prova de não podermos apoiar, de maneira nenhuma, um projecto de lei deste teor é aquela que se pode fundamentar essencialmente nas medidas que o Governo da AD já criou e que apoiamos. Elas residem, fundamentalmente, na linha de crédito que foi aberta agora no Norte para a aquisição de terra por parte dos rendeiros e não a fechou, de maneira nenhuma, a meeiros, terceiros ou qualquer outro tipo de parceiros.

Há também um outro aspecto que me chama a atenção e que, porque não dizer, me fere profundamente. No capítulo II, fala-se neste projecto da extensão voluntária do contrato da parceria. Que voluntariedade é que pode haver numa extensão em que só uma das partes é ouvida? Por que razão é dado total à-vontade ao parceiro, esquecendo-se por completo o proprietário? Pode alguma vez haver voluntariedade nisto?

Gostaria que o Sr. Deputado Vitor Louro me respondesse, tanto quanto possível, às perguntas que lhe acabo de fazer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também para o mesmo fim, o Sr. Deputado João Morgado.

O Sr. João Morgado (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Vitor Louro fez na sua intervenção uma afirmação interessante. Disse ele que, não obstante a Lei do Arrendamento Rural de 1975 ter extinto a parceria agrícola, ela se manteve como até aí. E a Lei sobre Arrendamento Rural de 1977 veio, digamos, impor um modelo querido pela direita.

Pergunto ao Sr. Deputado se a lei de 1977 não veio antes dar regulamentação à tal situação que se manteve após 1975. E porque é que tendo a lei de 1975 extinto a parceria agrícola ela efectivamente se manteve? Se os parceiros agricultores tiveram possibilidade, através dessa lei, de transformar os contratos de parceria em contratos de arrendamento rural, qual a razão por que o não fizeram? Teria sido o proprietário que os impediu?

Uma voz do PCP: — Sim, sim!

O Orador: — É evidente que não, pois a lei permitia-lhes fazer isso. Eles podiam recorrer, inclusivamente, aos tribunais para obterem essa transformação do contrato de parceria em contrato de arrendamento. No entanto, não o fizeram, do nosso ponto de vista, porque efectivamente não o quiseram.

Risos do PCP.

Mas adianto mais: o agricultor parceiro não pretende, a nosso ver, e do conhecimento que temos da zona do minifúndio, transformar o contrato de parceria em contrato de arrendamento rural. Não o pretende, pois se o pretendesse tê-lo-ia feito. O Sr. Deputado Vitor Louro se entende que sim, há-de justificar, há-de fundamentar a razão por que o parceiro agricultor não o fez no período que mediou entre a lei de 1975 e a lei de 1977.

Outra questão que se me põe refere-se àquilo que o Sr. Deputado disse de que com o aumento da produção do prédio sob parceria o agricultor parceiro fica prejudicado, fazendo depois uns considerandos que, de algum modo, pretendiam justificar isso e que nós não entendemos efectivamente como justificativos. Pensamos que assim não acontece. Isto é, que com o aumento da produção beneficia o agricultor parceiro e beneficia o senhorio parceiro. Gostaria, pois, que o Sr. Deputado explicasse esse ponto.

Uma outra questão diz respeito ao facto de o Sr. Deputado Vitor Louro se revelar um profundo desconhecedor da zona do minifúndio, quando diz que o senhorio parceiro está afastado da agricultura. O Sr. Deputado desconhece ou fez por desconhecer que a maioria dos senhorios parceiros são também agricultores; desconhece ou fez por desconhecer que a maioria dos agricultores parceiros são também agricultores senhorios. E é esta realidade que lhe escapa e que o faz propor uma lei deste tipo. Evidentemente que o Partido Comunista pretende impor um figurino, independentemente da realidade a que esse figurino se ajusta. O povo português não estará, realmente, na disposição de aceitar um figurino qualquer; terá de aceitar o figurino da sua própria realidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, não desejava fazer pedidos de esclarecimento, mas um protesto contra o projecto de lei apresentado pelo Sr. Deputado Vítor Louro.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Já?!...

O Orador: — É evidente que começo por protestar pela forma como se referiu à Lei n.º 76/77 aprovada na Assembleia da República, porque essa lei partiu da iniciativa do Partido Social-Democrata e, por conseguinte, é uma lei que não está a privilegiar a parceria agrícola. Nós não concordamos com a parceria agrícola. É evidente que o próprio Decreto-Lei n.º 201/75, elaborado na altura de Vasco Gonçalves, condenava a parceria agrícola. Mas o que é certo é que também nesse período, que mediou desde 29 de Julho de 1975 até à entrada em vigor da Lei n.º 76/77, não foi o Partido Comunista capaz de acabar com a parceria agrícola. Nessa altura, se tivesse tido possibilidades tinha-o feito. Se não o fez é porque há razões de ordem social para tal facto, e também sobre isso gostaria de ouvir o Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 76/77 focam precisamente a forma como se pode acabar com a parceria. Nós somos pela extinção da parceria agrícola, mas essa transformação é evidente que tem de ser regulamentada e se não o foi a culpa não é do Governo actual. É a primeira vez que o Partido Social-Democrata faz parte de um Governo ...

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — É mentira!...

O Orador: — ... e, por isso, não lhe podem ser assacadas responsabilidades pelo facto da não regulamentação para a extinção da parceria.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pensamos que as condições dos anos de 1975 e 1977, em matéria agrícola, não eram as mesmas que as actualmente existentes. Aliás, quem ler a discussão feita nesta Câmara fica a saber que a razão por que se não eliminou de imediato a parceria foi porque se reconheceu, naquele momento, que o agricultor não tinha uma total segurança e a simbiose proprietário-agricultor defendia o agricultor. Hoje as condições são diferentes, em Portugal há um serviço de extensão rural a funcionar, há um instituto de crédito especializado a funcionar, criado também depois de 1977, e há os seguros de colheita que começam a funcionar, pelo que nos parece, portanto, que estão criadas as condições para que a parceria possa desaparecer do País. Era uma forma arcaica de exploração do agricultor e, por isso, pensamos que estão, de facto, criadas as condições para ela desaparecer.

De qualquer maneira, quando no projecto de lei do Partido Comunista se aponta para um oitavo do valor, gostaria que o Sr. Deputado Vítor Louro me explicasse como é que chegou a tal valor.

O Sr. José Casimiro (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. José Casimiro (PCP): — É para um protesto, Sr. Presidente, se for possível, já que não conheço bem o Regimento.

Queria fazer um protesto em relação ao que disse o Sr. Deputado Soares Cruz, pois sou um pequeno agricultor e rendeiro e não gosto de ouvir falar aqui em nome dos senhorios, sendo eu rendeiro.

Se for possível o meu protesto, agradeço.

O Sr. Presidente: — Se se sente atingido, faça favor de protestar, Sr. Deputado.

O Sr. José Casimiro (PCP): — Sr. Deputado Soares Cruz, sou um pequeno agricultor e ao mesmo tempo rendeiro. Não percebi, por aquilo que entendi, quando o Sr. Deputado disse que os rendeiros estão contra a Lei do Arrendamento Rural.

O Sr. Soares Cruz (PSD): — Não foi isso que eu disse!

O Orador: — Aquilo que percebi foi isso.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Então percebeu mal!

O Orador: — É que no meu concelho, que é o concelho de Alenquer, já há muitos contratos feitos e há neste momento trezentos casos em tribunal sobre questões do arrendamento rural.

Então como é que o Sr. Deputado Soares Cruz diz que os rendeiros estão contra a Lei do Arrendamento Rural, que é a lei deles?

Agradecia que me desse resposta a esta questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz para contraprotestar.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Presidente, não queria de maneira nenhuma contraprotestar, pois não posso contraprotestar contra nada. Podia quando muito responder à pergunta que o Sr. Deputado do Partido Comunista me fez.

O Sr. Presidente: — Não é obrigado a falar, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — É só para esclarecer que um protesto é uma declaração formal e feita de maneira católica, seja uma pergunta, uma afirmação ou aquilo que habitualmente se diz «eu protesto». Isto é aquilo que se pode ver em qualquer dicionário e é também o conceito que existe em português da palavra «protesto».

Portanto, Sr. Deputado, o meu camarada protestou sob a forma de uma pergunta e o senhor se quiser pode contraprotestar.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Isto não é nenhuma academia!

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Agradeço ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira a leitura que fez do dicionário. Muito obrigado, mas também sei ler e também tenho dicionários e sei bem qual o conteúdo da palavra «protesto».

No entanto, responderei com gosto ao Sr. Deputado do Partido Comunista.

É que muito simplesmente não disse que os rendeiros estavam contra a Lei do Arrendamento Rural. V. Ex.^a percebeu mal e quando muito poderei esclarecê-lo em tempo oportuno daquilo que eu disse.

O Sr. Sousa Tavares (DR): — Queria fazer uma interpelação à Mesa. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Sousa Tavares (DR): — Gostava de saber qual a figura regimental que o Sr. Deputado Veiga de Oliveira utilizou.

Risos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É o patrão da Assembleia!

O Sr. Presidente: — Suponho que ele quis dar um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Foi substituir-se ao Presidente!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não, Sr. Presidente. Essa interpretação do ponto de vista do conteúdo é boa, mas a pergunta do Sr. Deputado Sousa Tavares é não quanto ao conteúdo, mas quanto à forma. E quanto à forma dir-lhe-ei que foi uma interpelação à Mesa.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Foi um ensinamento à Mesa!

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vitor Louro para responder.

O Sr. Vitor Louro (PCP): — De facto, a actual composição do Grupo Parlamentar do CDS leva a que as questões sejam tratadas da maneira como o foram. Creio que no ano passado as coisas não teriam sido assim.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O ano passado havia a maioria de esquerda, não era?

O Orador: — Esta do Partido do Centro Democrático Social vir contestar a extinção da parceria, dizendo que afinal de contas esta não é uma reminiscência feudal, mas sim uma forma porventura evoluída e cristãamente recomendável da empresa agrícola, não cabe na cabeça de ninguém.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Só na do Sr. Deputado Vitor Louro!

O Orador: — Não fui eu que fiz a afirmação. Foi o seu colega de bancada, o Sr. Deputado Soares Cruz. É natural que o Sr. Deputado Narana Coissoró também não tenha compreendido.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Tenho ódio às vossas sebentas!

O Orador: — Pois é! Da sua parte é só continuidade!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Mas evolução também quanto às sebentas!

O Orador: — Se a forma de parceria agrícola representa, afinal, o estádio acabado da empresa agrícola, só gostaria de lhe perguntar onde vai o Sr. Deputado encontrar, por exemplo, o gestor, ou seja, o empresário dessa empresa. Isto porque há desde logo duas pessoas que estão em oposição de interesses, que são o capitalista e o trabalhador, isto é, o proprietário e o agricultor, que têm direito de determinar, por exemplo, a produção que se verificará a partir dessa chamada empresa.

Em relação à afirmação de que a parceria agrícola contempla especialmente o trabalho, também concordo que sim. De resto, demonstrei ou pretendi ter demonstrado na minha intervenção de que maneira o trabalho é contemplado através da parceria agrícola, e que é a parte mais intensamente explorada.

Quanto à acusação de que aquilo que fazemos é reacender o conflito social, quero dizer-lhe que este existe independentemente da existência do Partido Comunista Português. A luta de classes não fomos nós que a inventámos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ah!

O Sr. João Morgado (CDS): — Mas são vocês que a exploram e instigam!

O Orador: — Se nós a exploramos? É evidente que isso é falso. Nós não a exploramos. Nós constatamos a sua existência e não a ignoramos, ao contrário do que fazem os senhores e fizeram os corporativistas — de que muitos dos senhores são verdadeiros herdeiros e até doutrinadores ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E vós, os beneficiários!

O Orador: — ..., que quiseram concertar os interesses de classes e deu o resultado que deu, aqui e em todo o mundo, de resto.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É o que se vê!...

O Orador: — O Sr. Deputado Soares Cruz admirou-se ainda por no nosso projecto de lei termos dado a capacidade de iniciativa neste processo de transformação da parceria agrícola apenas a uma das partes, os agricultores, e perguntou se há assim extinção vo-

luntária da parceria. É evidente que há, Sr. Deputado. É voluntária em relação aquela parte, que é o agricultor, que tem interesse nisso.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — É voluntária à força!

O Orador: — Não, é voluntária para quem toma a iniciativa, que é o agricultor. Naturalmente que o outro, o proprietário, porque o actual sistema lhe é extremamente vantajoso, não deseja aceitar. Mas não é a esse que queremos dar capacidade de iniciativa, porque como vimos, e os senhores que andam lá pela tal CEE deveriam saber, espero que não vão lá só para passear, o regime de parceria é indesejável e porque o é a própria CEE acabou com ele. Não percebo como é que os senhores pretendem ser parceiros desses países numa comunidade especial, pretendendo manter aqui aquilo que lá fora é condenado.

Quanto ao Sr. Deputado João Morgado, há dias em que não se deve sair à rua.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Mais valia ter ficado em casa!

O Orador: — Neste caso em que não se deve vir ao Parlamento.

O Sr. João Morgado (CDS): — E o senhor saiu hoje. Foi o nosso azar, pois mais valia ter ficado em casa!

O Orador: — O Sr. Deputado João Morgado volta aqui à vaca fria de 1975. Já aqui dissemos várias vezes ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Dizer não chega!

O Orador: — ..., quais foram, a nosso ver, as razões que motivaram que o grau de cumprimento da Lei do Arrendamento Rural de 1975 fosse aquilo que foi. E se o Sr. Deputado tivesse isso minimamente em conta, escusava de ouvir, mais uma vez, como vai ter de ouvir, em resposta áquilo que me perguntou; que esse grau de execução de lei foi assim, não por nossa culpa, não por incapacidade ou por inadaptação da lei à realidade, mas porque forças reaccionárias ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O 25 de Novembro!

O Orador: — ..., dentro e fora do aparelho do Estado se apostaram contra ela até ao ponto de acabarem por revogá-la. Porque é que a parceria se manteve? Manteve-se exactamente por isto e porque o Estado foi, infelizmente, incapaz de pôr à disposição dos parceiros agricultores os mecanismos que facilitariam a extinção da parceria. Mas é exactamente isso que cinco anos depois de 1975, Sr. Deputado, e veja se percebe a diferença, nós vimos propor um determinado mecanismo. Mecanismo que só será utilizado na medida em que ele convenha, porque não é imposto a ninguém. Não se proíbe a parceria agrícola, como naquela altura foi proibido. Dizemos: está aqui este mecanismo, se lhe serve utilize-o. A grande diferença entre a nossa posição e a vossa é esta: nós queremos dar a liberdade ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — As amplas!

O Orador: — ..., aos agricultores de optarem, de escolherem, enquanto os senhores querem cenciar essa liberdade. E se não for assim é simples fazer a prova e deixar-lhe aqui o desafio: invertam a posição ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Livra!

O Orador: — ..., que já anunciaram em relação ao projecto de lei que acabamos de apresentar. Se o projecto de lei, depois de aprovado, tiver sucesso na sua aplicação é porque nós tínhamos razão; se não tiver sucesso, é porque os senhores tinham razão. Aceitem o desafio e depois vamos ver.

O Sr. José Casimiro (PCP): — Eles não aceitam, porque são proprietários.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Essa foi boa!...

O Orador: — O Sr. Deputado João Morgado pretendeu classificar-me de ignorante em relação aos problemas do minifúndio. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que tenho mais anos de vida na zona do minifúndio do que em Lisboa ...

O Sr. António Lacerda (PSD): — Isso não quer dizer nada!

O Orador: — ..., ou na região do latifúndio. Devo dizer-lhe, mais ainda, que por origem familiar sou neto de ricos proprietários que usavam o regime de parceria agrícola. Isto é, conheço a parceria agrícola por dentro da parte contrária aos agricultores. Por isso, não sou tão desconhecedor como pode pensar.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Nasceu explorador!...

O Orador: — O Sr. Deputado diz que a maioria dos proprietários são também agricultores. Ora, não me atreveria, exactamente porque conheço a situação, a dizer tal coisa com essa irresponsabilidade. Há muitos que o são, mas muitos outros não são e o Sr. Deputado com certeza que não dispõe de estatísticas oficiais para saber se é ou não a maioria. O que lhe digo é que isto se aplica à parte que deseja utilizar o benefício desta lei, porque a parte a quem esta lei não servir não a utiliza.

Sr. Deputado Mário Lopes: — não sei se alguma vez lhe fiz mal. Se o fiz juro-lhe que foi involuntariamente.

Risos do PSD.

O Sr. Deputado de cada vez que se dirige a alguma coisa que eu tenha dito em alguma intervenção tem de o fazer sob a forma de protesto. Nunca percebi porque é que protesta, mas, enfim, é uma questão de estilo da sua parte ...

O Sr. Deputado diz que o PCP não foi capaz de liquidar a parceria. Espero que tenha compreendido as razões que expus na resposta ao Sr. Deputado João Morgado.

Quanto ao facto de o PSD desejar extinguir, efectivamente, a parceria, vou ler-lhe a proposta de alteração e aditamento relativa ao artigo 27.º-A do projecto de lei n.º 50/1, que veio a dar origem à Lei do Arren-

damento Rural, que foi apresentada pelo Partido Socialista e depois retomada pelo Partido Comunista Português, e que diz assim:

I — Os contratos de parceria agrícola ou mistos de arrendamento e parceria agrícola serão transformados em arrendamento rural, mediante simples requerimento do parceiro cultivador à comissão concelhia de arrendamento rural.

Isto era exactamente para permitir a efectiva extinção da parceria, sob vontade de uma das partes. Esta proposta foi rejeitada com os votos contrários do PSD e, naturalmente, do CDS.

Portanto, de facto, e não estou a atribuir intenções a ninguém, embora elas se adivinhem e decorram dos factos que analiso, o que resulta é que os partidos da direita por esta e aquela razão, alardeando isto e aquilo e agora com mais essa invenção de crédito para os rendeiros, pois como sabe os parceiros não são rendeiros, sempre se têm manifestado contra a extinção da parceria. É claro que o Governo da AD há-de estar já na rua e ainda há-de estar a dizer que não teve tempo, que ainda agora chegou e que não pode ser responsabilizado por fazer tudo. Bom, o Governo da AD já roubou, por exemplo, milhares de hectares às UCPs e cooperativas. Para isso teve tempo.

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

Para evitar um protesto dos partidos ligados ao Governo, desde já corrijo, pedindo desculpa pela expressão que utilizei, usando a expressão «retirou de forma ilegal milhares de hectares às UCPs e cooperativas» e para isso teve tempo. Mas não teve tempo para tomar medidas como, por exemplo, aquelas que se relacionam com a efectiva extinção da parceria agrícola.

Não se trata de uma competência exclusiva do Governo, e espero que não venham outra vez com a história de que o Governo é que tem que fazer tudo aquilo que os Deputados propõem nesta Assembleia. Esta Assembleia é um órgão legislativo por excelência, e se cedeu alguma parte da sua competência exclusiva ao Governo, isso não impede de, em tempo oportuno, tomar as decisões legislativas que entender.

De resto, Srs. Deputados, a direita, os partidos do PSD e do CDS já estiveram — mais ou menos camufladamente, mais ou menos descaradamente — em cinco Governos Provisórios e, pelo menos, no Governo Mota Pinto. Portanto, não pode — como sistematicamente faz — continuar a dizer que não tem culpa de nada disto, que não teve tempo, etc., etc.

Finalmente, gostaria de me referir a uma questão séria colocada pelo Sr. Deputado António Campos que é a de saber como é que chegamos a este valor de um oitavo para fixação das rendas.

Sr. Deputado, com muito gosto e na altura própria — para não estar aqui a maçar — explicaremos pormenorizadamente o processo por que lá chegámos. Contudo, genericamente — como neste momento me compete — devo afirmar que chegámos a esse número por análise dos resultados mais frequentes. Nas explorações por parceria mais vulgares. Pare-

ceu-nos que este valor era justo e equilibrado e que correspondia sensivelmente às rendas efectivamente pagas em explorações idênticas sobre o regime de arrendamento e não de parceria.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Mário Lopes (PSD): — É para fazer um protesto...

Risos do PCP.

... — pois não tenho outra forma regimental — sobre as últimas afirmações feitas pelo Sr. Deputado Vítor Louro.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que o Sr. Deputado Vítor Louro tem muito má vontade quanto à Lei n.º 76/77 porque tanto nesta como na própria Lei de Bases da Reforma Agrária, que foi votada favoravelmente pelo Partido Social-Democrata juntamente com o Partido Socialista — e o Sr. Deputado sabe isso perfeitamente pois estava aqui na Câmara e participou activamente na sua feitura —, o Sr. Deputado sabe que o artigo 50.º diz que é abolida a parceria agrícola. É verdade ou é mentira?

Agora no artigo 30.º, o Sr. Deputado tem aqui uma forma de transformação da parceria agrícola em que o parceiro pode transformar em arrendamento rural. O Sr. Deputado, leia o artigo 31.º, 32.º, 33.º e até o 34.º

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Nenhum deles diz isso!

O Orador: — Oh, Sr. Deputado, por amor de Deus!... Faça favor de ler.

Além do mais, não estivemos nem camouflada nem directamente implicados em qualquer Governo de iniciativa presidencial.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Se o Mota Pinto ouvir isso vai ficar zangado!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro para contraprotestar.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer um contraprotesto da mesma natureza do protesto do Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mais mais inteligente!

O Orador: — É que os artigos que o Sr. Deputado referiu — artigos 30.º, 31.º, 32.º, 33.º e 50.º — não dizem aquilo que o Sr. Deputado diz.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Morgado para protestar.

O Sr. João Morgado (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Compreendi bem por que é que o Sr. Deputado Vítor Louro disse que há dias em que não se pode vir ao Parlamento: é que, efectivamente, se eu cá não estivesse o Sr. Deputado não receberia estas perguntas para responder, às quais se mostrou visivelmente atarantado.

Risos do PCP.

Por isso o seu desagrado a que eu estivesse no Parlamento.

Efectivamente, já hoje aqui fiz uma intervenção denunciando a falta de casas dos servidores do Estado e isso também não lhe agradou. Agora fiz-lhe determinadas perguntas, algumas das quais o Sr. Deputado nem sequer respondeu, e à outras a que respondeu, respondeu mal.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É o costume!

O Orador: — É que o Sr. Deputado esqueceu-se — porque não tem formação jurídica...

Risos do PCP.

... e demonstrou realmente, uma falta total dessa formação...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mas olhe que para ter a sua, mais vale não ter!

O Orador: — ... — que o contrato de parceria, como contrato que é exige a colaboração de duas vontades, duas vontades que se encontrem — de outra maneira deixa de ser contrato. E o Sr. Deputado Vítor Louro veio para aqui dizer que o contrato pode ser extinto, e para isso basta que uma das partes queira reduzir a contrato de arrendamento. Mas então deixa de ser um contrato, Sr. Deputado.

Quando se formou o contrato de parceria formou-se pela colaboração, pelo entendimento e pelo encontro de duas vontades coincidentes. Portanto, se esse contrato se formou por duas vontades coincidentes, têm de ser essas duas vontades a coincidir na abolição do contrato de parceria e na sua transformação em contrato de arrendamento rural.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Santo Deus! De facto mais valia não ter formação jurídica!

O Sr. Sousa Tavares (DR): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Sousa Tavares (DR): — É para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Sousa Tavares (DR): — Sr. Presidente, gostaria de perceber em que Regimento estamos a viver. Quer dizer; tem havido aqui um entendimento, permanentemente afirmado pelo Sr. Presidente, que consiste no seguinte: um orador faz uma intervenção, há protesto e contraprotesto, e nessa altura acabou o diálogo. Ora, o Sr. Deputado Vítor Louro fez uma

intervenção, houve protestos dos Srs. Deputados João Morgado e Mário Lopes. O Sr. Deputado Vítor Louro respondeu, depois já se permitiram protestos ao contraprotesto do Sr. Deputado Vítor Louro. Já vamos na terceira série. Aonde é que isto vai acabar?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É verdade!

O Orador: — Quer dizer: estamos num diálogo infinito, não é? Agora o Sr. Deputado Vítor Louro vai responder aos dois, depois outros voltam a responder. Então, qual é o Regimento que hoje se aplica?

O Sr. Presidente: — É o actual, que tem no artigo n.º 138.º um tempo demarcado para este debate após a apresentação de um diploma, como é o caso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro para contraprotestar em relação às afirmações do Sr. Deputado João Morgado.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Gostaria, pois, de recomendar ao Sr. Deputado ...

O Sr. Presidente: — Agradecia-lhe que não recomendasse nada e fizesse o favor de responder só ao protesto do Sr. Deputado João Morgado.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sim, Sr. Presidente. Aliás, não vale a pena recomendar porque o Sr. Deputado João Morgado não se dará ao trabalho de conhecer suficientemente bem o Regimento para, de facto, não entrar em questões destas.

O Sr. Presidente: — Não é por isso, Sr. Deputado, é que não pode. Peço-lhe que faça apenas o contraprotesto.

O Orador: — Sr. Deputado, presunção e água benta cada um toma a que quer.

Risos do CDS.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Olha quem fala! Ele só tem presunção!

O Orador: — Se o senhor acha que me deixou atarantado, o problema é seu; se eu me atarantasse, o problema era meu.

Devo ainda dizer-lhe, Sr. Deputado, que logo pelas suas primeiras palavras revelou a sua estrutura mental perfeitamente antiquada. O Sr. Deputado, ao chamar servidores do Estado aos trabalhadores da Administração Pública, Central e Local, tem mesmo a linguagem do antigamente.

Vozes do PSD e do CDS: — Essa agora!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ai como é diferente o amor do PCP!

O Orador: — São trabalhadores da Função Pública, é diferente. Não servem, trabalham.

Por outro lado, Sr. Deputado, esta Câmara não é de juristas...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É uma câmara ardente!

O Orador: — ..., mas sim de políticos, até porque se fosse uma Câmara de juristas talvez tivéssemos de avaliar primeiro a competência jurídica e tavez alguns não estivessem cá.

Risos do PSD e do CDS.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É o que eu digo: era uma câmara ardente.

O Orador: — Quando aqui apresentamos este projecto de lei fazemos uma proposta de política. Portanto, esta questão do contrato não tem a importância que o Sr. Deputado pensa poder ter. Se juridicamente não lhe serve esta forma, pois descanse que se tiver razão e se chegarmos à discussão na especialidade encontraremos uma forma mais ajustada para dizer as coisas.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não chega lá, não se meta nisso!

O Orador: — Mas se lá não chegarmos, fica apenas a certeza de que a solução política que propomos é contrariada pelo CDS pelas razões que eu próprio expus na minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar ao pedido de urgência para o projecto de lei n.º 456/I, apresentado pelo PPM, sobre a classificação de interesse público do jardim da Fundação Gulbenkian.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: É suficientemente reconhecida a exiguidade dos espaços verdes na zona de Lisboa.

A construção já autorizada no Parque Gulbenkian de um centro de arte contemporânea ocupando cerca de 15% da área do parque compromete irremedavelmente a sua concepção e a sua possibilidade de expansão para os jardins Vilalva.

O acréscimo previsível na frequência de visitantes e a redução da área verde utilizável provocarão por certo um desequilíbrio cada vez maior entre o seu uso e a sua manutenção, o que conduzirá fatalmente à sua destruição.

Perder-se-ia assim, em nome da cultura, da criação de um centro de arte, a função social e cultural de um conjunto existente que muito honra a actividade da Fundação Calouste Gulbenkian e é motivo de orgulho para toda a população de Lisboa.

O corte de árvores já iniciado, a rede de protecção à zona das futuras obras já instalada, motivaram que o PPM apresentasse este pedido de urgência, a fim de poder ser o mais rapidamente possível debatido por esta Assembleia o projecto de lei n.º 456/I.

Não nos move qualquer intuito de denegrir ou prejudicar a extraordinária actividade da Fundação Gulbenkian. Ela tem sido ao longo dos anos uma instituição verdadeiramente ao serviço da cultura, da arte e do País, e foi sem dúvida, antes do 25 de Abril uma chama permanente na salvaguarda do pensamento, da liberdade, e muito contribuiu para que Portugal não tivesse sido irreversivelmente amarfanhado pela ditadura.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Muito bem!

O Orador: — E é de elementar justiça enaltecer o papel que nessa actividade tem tido o seu ilustre presidente, Dr. Azeredo Perdigão.

Não está em causa, pois, a actividade passada, presente ou futura daquela instituição, muito menos a construção de um centro de arte, cuja necessidade de existência não oferece discussão.

A ânsia de bem fazer, o desejo de contribuir sinceramente para o progresso cultural do nosso povo, levaram por certo os serviços da Câmara Municipal de Lisboa a apontar para uma decisão, em nosso entender inadequadamente fundamentada, ao decidir-se pela localização do Centro de Arte Contemporânea dentro do parque.

Existem, efectivamente, outras zonas da cidade, e até bem perto do parque, que poderiam, sem grande morosidade, ser utilizadas para o efeito.

O que está fundamentalmente em causa é uma questão cultural subjacente a todo este processo, isto é, o reflectirmos, todos sem exceção, sobre se a realização de um acto de cultura (neste caso a construção de um centro de arte), através da destruição de parte de um património cultural já existente (o parque), nos conduziria a algum lado, se generalizássemos este acontecimento a tantas outras situações idênticas que se passam em Portugal.

Dizer-se que não existe um plano de urbanização geral ou parcial adequando o edifício agora autorizado às normas definidas em Dezembro de 1964 para protecção do parque e sua zona verde é exactamente a mesma situação que encontrariamo quanto ao Plano Director de Lisboa, ou a ausência de ordenamento físico do País, ou os processos de desenvolvimento dos complexos petroquímicos.

É, de facto, uma questão cultural que diz respeito a todos nós.

Ao reflectirmos e ao votarmos nesta Assembleia sobre a urgência quanto à apreciação do projecto de lei n.º 456/I tendo em vista a rápida declaração de interesse público do Parque Gulbenkian, confiamos igualmente que a Câmara Municipal de Lisboa e o conselho de administração da Fundação Gulbenkian, duas entidades que muito consideramos e apoiamos, possam, pela sua parte, rever a situação.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Muito bem!

O Orador: — O PPM tudo fará para que assim aconteça. Pior que errar é não se reconhecerem os erros, nossos ou de outros.

A cultura e o povo de Lisboa, porém, continuarão de mãos dadas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP votará a favor do pedido de urgência referente ao projecto de lei apresentado pelo PPM, pois considera que é extremamente grave que esteja em vias de ser destruído um dos mais belos parques e jardins da cidade de Lisboa, o único parque construído em Lisboa nos últimos vinte anos.

Este jardim é em si uma obra de arte, tendo inclusivamente merecido o Prémio Valmor. Não podemos compreender que, para se construir uma obra de

arte — que é uma necessidade, é certo, como a construção de um centro de arte contemporânea e que muito honrará a cidade de Lisboa — se liquide uma outra obra de arte, que já existe e que é o jardim que rodeia o edifício da Fundação Gulbenkian.

Daí que estejamos de acordo que seja concedida urgência, de forma a que a concessão dessa urgência seja entendida pelas entidades responsáveis, nomeadamente pela Câmara Municipal de Lisboa, como uma vontade política, firme — daqueles partidos que estão de acordo que este atentado feito a um dos poucos jardins que a nossa cidade tem e que é dos mais belos — em travar o impeto destruidor.

Como já foi dito pelo Sr. Deputado Luís Coimbra e como nós tivemos oportunidade de avaliar no local, já está preparada toda a máquina capaz de destruir o jardim.

É grave que a Câmara Municipal de Lisboa tome esta decisão, à revelia dos órgãos municipais. Na verdade, a Assembleia Municipal não foi consultada sobre este assunto. A Câmara Municipal de Lisboa passou por cima dos outros órgãos autárquicos, nomeadamente da Assembleia Municipal de Lisboa.

Contudo, pensamos que a descida deste projecto de lei à comissão competente pode vir a ajudar a que este diploma seja transformado, de forma a não resolver apenas este grave problema — o caso do jardim da Fundação Gulbenkian —, mas que previna igualmente casos futuros idênticos, que todos podemos constatar a todo o momento.

Dai que o PCP vote a favor desta concessão de urgência. O PCP repudia vivamente a decisão da Câmara Municipal de Lisboa que, à revelia da Assembleia Municipal, autorizou esta construção. O PCP diz desde já e com toda a clareza que está de acordo com a criação de um centro de arte contemporânea em Lisboa. Ora, a Câmara Municipal tem numerosos terrenos que podem ser postos à disposição da Fundação Gulbenkian para que se construa esse centro de arte, facto que em nada atrasaria a sua construção.

O PCP está inteiramente de acordo com a construção desse centro de arte. Ela é, aliás, urgente. Na discussão na generalidade e na especialidade iremos apresentar algumas propostas de alteração a este projecto de lei. Consideramos que a solução neste caso pode ser a prevista neste projecto de lei, mas podia ser outra.

Seria positivo que a Assembleia da República previna casos futuros com a gravidade deste caso.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS votará igualmente a favor do pedido de urgência para apreciação do projecto de lei apresentado pelo PPM por uma razão simples.

Com efeito, reconhecemos ao PPM e, particularmente ao Sr. Arquitecto Ribeiro Teles, toda a autoridade moral. Ninguém nesta Câmara melhor do que

o PPM — e muito menos o PCP — poderá aqui levantar a sua voz ...

Protestos do PCP.

Vozes do PCP: — E o CDS?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não diga isso!

O Orador: — ..., em defesa do património artístico e cultural do País, designadamente através do seu equilíbrio ecológico e do ambiente.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — A questão que neste momento está em causa não é a questão de fundo, ou seja, não é saber se a Fundação Gulbenkian — a quem este país muito deve e, particularmente, ao seu presidente, Dr. Azevedo Perdigão, a quem presto aqui a nossa homenagem — tem razão ou não. O que está em causa é discutir a urgência que há perante uma eventual situação de atentado a esse mesmo parque.

É evidente que a intervenção da Câmara Municipal neste caso, que foi levantada em termos menos correctos pela Sr.^a Deputada Zita Seabra e que ainda não está devidamente esclarecida, vai ser esclarecida. Assim, a posição assumida pela Sr.^a Deputada não tem qualquer fundamento. Com efeito, a Assembleia Municipal não é um órgão deliberativo decisório permanente. Como tal, não deve sobrepor-se à própria Câmara Municipal e à sua vereação. Assim, as suas afirmações não têm sentido.

Por outro lado, a questão que aqui está em causa não é essa, ou seja, não é a questão de fundo. O que está em causa é apenas saber se devemos ou não considerar urgente a discussão deste problema.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Peço a palavra para formular um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Vou fazer um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Azevedo Soares porque se há alguém que não pode aqui ter autoridade moral para se pronunciar sobre o problema do património cultural, é o CDS.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do CDS: — Ah!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não me diga!

A Oradora: — A Presidência da Câmara Municipal de Lisboa é do CDS ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E há-de ser por muitos anos!

A Oradora: — ..., foi o seu Presidente da Câmara quem autorizou a destruição deste jardim e quem atentou contra o património cultural da cidade de Lisboa.

Vozes do CDS: — Isso não está provado!

A Oradora: — Mas não só neste caso a Câmara Municipal cometeu atentados. Há mais casos e muitos, como por exemplo a anunciada venda do Largo de Martin Moniz, que tanto escandaliza a larga maioria dos habitantes desta cidade.

Esta é uma prova evidente de que quem não tem autoridade para falar em defesa do património cultural é o CDS, que está a cometer atentados tão graves na cidade de Lisboa como este em que se autoriza a destruição de um dos mais belos jardins da cidade de Lisboa, tal como a venda do Largo de Martin Moniz à iniciativa privada.

Aplausos do PCP.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Peço a palavra para formular um contraprotesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — O protesto da Sr.^a Deputada Zita Seabra é uma manifestação de verdadeira loucura.

Risos do CDS e protestos do PCP.

O que aqui está em causa neste momento é o pedido de urgência. Mas, já que a Sr.^a Deputada quer eu aceito o seu desafio de entrada imediata na discussão de parte do problema de fundo, muito embora saiba que a sua intervenção teve como objectivo precisamente provocar isso.

O problema que se levanta quanto à presidência da Câmara Municipal de Lisboa — e trazendo à colação o problema do Largo de Martin Moniz — é que enquanto o PS e o PCP tiveram maioria nesta Câmara Municipal mantiveram o Martin Moniz num mísero estado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, mantiveram-no numa situação de degradação e de ofensa aos próprios cidadãos da cidade, pois ao passarem pelo Martin Moniz vêem parte da cidade de Lisboa degradada e pontos perfeitamente inaceitáveis.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara neste processo — e não estou ainda habilitado a saber com profundidade este problema, pois não é ainda esse o objecto da discussão neste momento — tem de ser vista em relação ao facto de terem sido ou não respeitados todos os formalismos legais, bem como saber se o despacho que eventualmente exista não terá sido induzido ou deformado pelas informações dos próprios serviços que, como a Sr.^a Deputada sabe, não têm nada a ver com o CDS, nem com a AD.

Risos do PCP.

Aplausos do CDS.

Vozes do PCP: — Essa é muito boa!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Zita Seabra.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, eu considero que a intervenção do Sr. Deputado Azevedo Soares foi ofensiva do ponto de vista pessoal, ao classificar de loucura as minhas palavras. Como tal, peço a palavra para formular um contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr.^a Deputada.

A Sr. Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, lamento pelo facto de a Mesa não ter chamado a atenção do Sr. Deputado Azevedo Soares para os termos incorrectos que usou.

Quanto ao Sr. Deputado, queria dizer-lhe apenas que, nesta Câmara ou lá fora, os insultos só são usados por quem não tem argumentos de razão para defender as suas ideias.

Aplausos do PCP e do CDS.

O Sr. Narana Colissoró (CDS): — Todos os dias assistimos a isso!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra, visto que ainda não utilizou os quinze minutos de que dispunha.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, eu também estou inscrito.

O Sr. Presidente: — A Mesa não tomou nota da sua inscrição, Sr. Deputado Veiga de Oliveira. Neste momento apenas está inscrito o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, enquanto não houver um sistema automático certamente que a Mesa não dará conta de alguns pedidos de palavra. Não será por isso, aliás, que criticamos a Mesa. Contudo, pedi a palavra a seguir ao contraprotesto da Sr.^a Deputada Zita Seabra, a fim de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado Azevedo Soares, queria muito simplesmente dizer que ficámos a saber, pela sua boca, que o Sr. Deputado se pronuncia sobre a urgência ou não urgência da discussão de um determinado diploma sem cuidar de saber do problema de fundo. É um facto que eu diria ser espantoso, mas será mais um espanto.

Apesar de tudo, gostaria de perguntar-lhe quais foram as razões que, não tendo a ver com o problema de fundo, o levaram a conceder a urgência.

Disse-nos ainda o Sr. Deputado que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa — que é o Deputado com suspensão do mandato Nuno Abecasis — teria sido enganado ou induzido em erro, o que é mais ou menos a mesma coisa, pelos serviços da Câmara. Desta forma, o Sr. Deputado está a fazer uma acusação aos serviços da respectiva Câmara Municipal...

Vozes do CDS: — Não fez acusação nenhuma!

O Orador: — ..., e que, em todo o caso, está por provar.

Por outro lado, para se assinar um diploma numa questão tão grave como esta, a ponto de o Sr. Deputado se decidir pela urgência da sua discussão sem conhecer o seu conteúdo, é necessário não se deixar induzir em erro. Se o Sr. Deputado tem razões para pensar que os serviços da Câmara Municipal agiram de má fé e que induziram ou enganaram o Sr. Presidente da Câmara, será que não pensa também que o Sr. Presidente da Câmara — Deputado actualmente com o mandato suspenso — não tem condições suficientes para não se deixar induzir por qualquer informação dos serviços?

Finalmente, a questão é a questão de fundo. Nós não estamos aqui — nem pensamos em tal — a acusar o CDS por este facto. Não é necessário, do mesmo modo, que o CDS se defenda deste problema. Se se tratasse de acusar o CDS por alguma coisa nós teríamos muitas outras razões para o fazermos. Escusávamos de ir buscar este problema, embora grave, que é a autorização para se construir no parque da Fundação Gulbenkian.

Aproveito para lembrar-lhe, Sr. Deputado, que há uma portaria, salvo erro, de 1964, que protege o parque desta Fundação contra incursões deste tipo. Foi certamente necessário a aprovação de um plano parcelar para ultrapassar essa portaria. Gostaria assim que me esclarecesse se o facto de o Sr. Presidente da Câmara ter sido induzido a dar uma decisão errada terá levado também o Sr. Presidente da Câmara a esquecer o facto de haver uma portaria que protegia especificamente este parque.

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com todo o gosto que respondo a estas questões.

Gostaria apenas de começar por dizer, quanto ao pretenso insulto que fiz há pouco à Sr.ª Deputada Zita Seabra, que isto são perguntas de inocência. De qualquer modo, sempre direi que a loucura é apanágio do génio. A Sr.ª Deputada Zita Seabra não tem génio; tem apenas mau génio.

Risos do CDS e do PSD.

Quanto ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira, que me perguntou por que razão eu voto a urgência deste diploma sem conhecer da questão de fundo, devo dizer-lhe que não é este problema que está em causa. Eu conheço a questão de fundo. Simplesmente, não a vou discutir neste momento.

Seja qual for a autenticidade ou não da situação, independentemente de haver despacho ou não, independentemente de afectar 100%, 50%, 25% ou 0% do referido parque. Não é esse o problema, mas sim se a eventual mutilação do parque é ou não uma questão urgente — repare-se que eu digo eventual mutilação. Daí o votarmos a urgência da discussão do diploma sem nos pronunciarmos sobre o problema de fundo.

Por outro lado, eu não disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha sido induzido em erro pelos serviços da Câmara Municipal. Eu levantei apenas

questões que podem existir e que só terão oportunidade de ser discutidas quando aqui discutirmos a questão de fundo e a sua essência. Neste momento não está isso em causa. Aliás, a Sr.ª Deputada Zita Seabra já tinha objectivamente imputado ao Sr. Presidente da Câmara a responsabilidade de um acto que não está em causa neste momento. Ora, o que eu disse é que não é esse o problema que está em causa e que quaisquer outras circunstâncias poderão vir a provar que a responsabilidade não é do Sr. Presidente da Câmara, mas por exemplo dos próprios serviços da Câmara Municipal.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não diga isso!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, penso que o Sr. Deputado Gomes Fernandes está inscrito para uma intervenção. Nesse caso, se não houvesse inconveniente, eu preferia usar da palavra após o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS dá a sua aprovação ao pedido de urgência para discussão do projecto de lei apresentado pelo PPM.

Com efeito, o PS entende que se trata de uma matéria suficientemente importante e com interesse para a cidade de Lisboa e para a sua população. Este facto justifica a apreciação urgente deste problema por parte desta Assembleia, sobretudo uma apreciação atenta por parte da comissão competente, através da audição das partes intervenientes.

Nesse sentido, votaremos a favor da concessão da urgência.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (DR): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os reformadores irão abster-se nesta votação por diferentes motivos, o principal dos quais está na circunstância de este assunto ter sido objecto de uma deliberação numa autarquia local, no caso vertente da Câmara Municipal de Lisboa. Pensamos ser um péssimo precedente o facto de a Assembleia da República reivindicar para si matéria de deliberação das autarquias locais, estamos perante mais uma norma que pode vir a ser gravosa e grave para o Poder Local.

Creio que a Câmara Municipal de Lisboa tem toda a competência para discutir nos seus órgãos próprios esta questão. Há um abuso por parte da Assembleia da República em trazer aqui o problema, que é casuístico. Por muito importante que seja, é um problema casuístico e a Assembleia da República existe para fazer leis de aplicação geral, e não para administrar caso a caso. A administração caso a caso — e não é por acaso que a primeira decisão é da Câmara

Municipal — compete às autarquias locais. É esta a razão pela qual os reformadores se irão abster acerca do pedido de urgência.

Também se irão abster porque não é líquida a questão, mas não queremos de maneira nenhuma entrar nesta matéria. Estão de facto em causa muitos valores, valores espirituais, valores culturais e, também a própria capacidade de expansão de uma Fundação que tem prestado relevantes serviços ao País.

É evidente que os valores dos ecologistas, a beleza do jardim que não existiria sem a criatividade da dita Fundação, são pontos de ponderação, mas nós pensamos que essa ponderação devia ser feita na Câmara Municipal de Lisboa e pensamos que a Assembleia da República só deveria debater estas questões depois de aprovadas as iniciativas legislativas, que, aliás, os reformadores já fizeram entrar na Câmara, sobre o património cultural e artístico do País.

Aplausos dos Deputados reformadores, de alguns Deputados do PSD e do Sr. Deputado Lucas Pires do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (DR): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a autorização do meu agrupamento parlamentar desejo dizer que a minha posição face à votação será diferente, será independente neste caso. Penso que, num problema de classificação de um imóvel como sendo de interesse público, desde que se trate de uma possível mutilação de uma obra de arte e de uma criação espiritual e, além disso, de um atentado à forma jurídica como foi criado o Parque Gulbenkian — porque é preciso não esquecer a doação que foi feita ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Doação?!

O Orador: — ..., e os termos em que foi feita a doação pelo engenheiro Vasco Vilalva — e simultaneamente à unidade que o Parque criou como obra artística, a Assembleia da República tem o direito, como Órgão supremo de Soberania eleito directamente pelo povo, de corrigir uma deliberação de um órgão de autarquia local.

Penso, por absurdo, se a Câmara Municipal determinasse um atentado qualquer contra o Mosteiro dos Jerónimos competeria a esta Assembleia tomar uma atitude, ora, embora o grau de gravidade seja diferente, temos de considerar que a unidade de um jardim como obra de arte pode assumir a mesma gravidade do que um atentado a um monumento nacional histórico. Portanto, da mesma maneira que temos o direito de nos opor à mutilação de qualquer monumento histórico, temos também o direito de nos opor à mutilação do jardim Gulbenkian.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Sousa Tavares, já agora lembra-lhe que, se tivéssemos aplicado o Regimento, face ao artigo 224.º, V. Ex.ª não poderia ter falado, porque esta disposição regimental apenas permite, nestas questões, a intervenção de um representante de cada agrupamento ou partido político.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Medeiros Ferreira justificou a sua abstenção e invocou algumas razões que me parece que deviam ser esclarecidas.

Em primeiro lugar, a questão da autonomia municipal, ou da autonomia local. Deixando de lado o facto de se tratar do Município de Lisboa, que não vem ao caso embora pudesse ser chamado, o importante é que não há interferência na autonomia, já que *a posteriori* de uma decisão tomada e ponderada dentro de um município. Esta Assembleia tem e terá sempre o direito de se pronunciar sobre essa decisão, e mais, se o entender, de elaborar legislação nomeadamente de carácter geral — nós já aqui o dissemos — que possa prever, não é o caso concreto, outros casos que lhe sejam análogos. Nisso estamos de acordo consigo.

Há uma outra questão que chamou à colação e que gostaria que esclarecesse. Falou do interesse cultural e do património que é, em si mesmo, para o País a Fundação Gulbenkian. É um assunto que está fora de causa e suponho que até agora todos os intervenientes nesta questão não a levantaram. É bom que fique claro que a sua chamada a esta questão não põe em causa a opinião dos outros Deputados, isto é, todos nós estamos de acordo que a Assembleia não deve fazer nada que prejudique a obra meritória a todos os títulos da Fundação Gulbenkian, não é isso que está em causa no projecto de lei e na possível lei desta Assembleia sobre o assunto, o que está em causa, sim, é proteger o património em geral do País e, naturalmente, o património da Fundação Gulbenkian. Há muitas soluções possíveis e, até junto do próprio local, como naturalmente o Sr. Deputado saberá, a Fundação Gulbenkian e a Câmara dispõem de inúmeros terrenos que estão disponíveis para edificar com igual dignidade e funcionalidade um museu de arte moderna sem prejuízo dos jardins e do Parque da Fundação.

Portanto, nem está em causa a autonomia do Poder Local nem está em causa a defesa do interesse cultural como património que é a Fundação Gulbenkian, o que está em causa é uma decisão errada, quanto a nós, que deve ser corrigida. É necessário criar precauções em lei para que de futuro decisões atentatórias do património cultural sejam tanto quanto possível evitadas, venham donde vierem.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu concordaria com a posição defendida pelo Sr. Deputado Medeiros Ferreira se estivéssemos a discutir a questão de fundo. O argumento aqui aduzido pelo Sr. Deputado foi ponderado por nós no que diz respeito ao nosso sentido de voto, entendemos que a democracia para ser defendida tem de ser feita através de uma completa autonomia do Poder Local porque só assim se poderá equilibrar o Estado e a sociedade, o Poder Central e o Poder Local. Mas é isso que está em causa? Estamos a discutir uma eventual decisão de um órgão de Poder Local ou estamos apenas a discutir a urgência de uma questão? Penso que, em relação à questão de

fundo, podemos chegar à conclusão que a Assembleia da República não tem ou não deve intrometer-se nesse assunto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Presidente, preciso da palavra. Se o Regimento não me permite usar da palavra prefiro cumprir o Regimento.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para responder às perguntas que lhe foram formuladas, o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (DR): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por responder à última pergunta feita pelo Sr. Deputado Azevedo Soares.

Quando nos abstemos na questão do pedido de urgência é porque pensamos que é aí que a nossa distância deve ser marcada no que diz respeito a esta discussão aqui no Plenário da Assembleia da República, e não na comissão especializada, da qual, aliás, não fazemos parte. Posso admitir que nessa comissão venha a concluir-se que esta Assembleia não deve deliberar sobre o assunto, creio que seria a melhor decisão.

Sobre os pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Veiga de Oliveira, por quem tenho uma particular admiração pela forma sempre positiva como coloca as suas intervenções políticas nesta Câmara, não posso deixar de pensar que a sua posição neste momento não é de facto a mais fácil. Não creio que se possam discutir leis gerais para aplicar ao caso vertente, visto que essas leis gerais nunca poderão ter efeito retroactivo, portanto mesmo que venham a discutir-se nesta Assembleia questões de ordem geral, e é esse o espírito da lei, sobre o património artístico e cultural não se podem aplicar a decisões tomadas anteriormente.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado, certamente que não, estamos de acordo, mas o que é possível é suscitar uma questão que leve a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério das Obras Públicas, isto é o Governo, que também era chamado e havido neste caso, a reconsiderarem, juntamente com a Fundação Gulbenkian, a decisão anteriormente tomada.

O Orador: — Creio que a sede própria para essa discussão, e foi esse o sentido da minha intervenção, seria de novo a Câmara Municipal de Lisboa e não vejo qual a razão que levou os partidos políticos aqui presentes e que estão representados na Assembleia Municipal a não levantar aí a questão.

Por outro lado, parece-me que o facto de todos os partidos terem manifestado o seu apreço pela Fundação Gulbenkian, conforme disse o Sr. Deputado Veiga de Oliveira é a prova de que as suas decisões — de uma forma geral — têm sido a favor da expan-

são dos valores culturais, e não no sentido da sua depredação. Simplesmente há quem continue a respeitar essa tradição da Fundação e dos seus órgãos de decisão própria e há outras entidades que ensaiam influenciar as decisões dessa Fundação no que ela tem de autonomia e de fundação de carácter de utilidade pública, mas privada. Ai faço questão de referir que acho que se deve influenciar o menos possível as decisões tomadas por fundações com as características da Fundação Gulbenkian ou de outras com o mesmo interesse público e a mesma tradição de fomentar os valores culturais e artísticos do nosso país.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP vai votar a favor deste pedido de urgência apresentado pelo Partido Popular Monárquico. Vai fazê-lo porque considera que está em iminentíssimo risco a liquidação do parque do jardim Gulbenkian; porque considera que, numa decisão desta natureza, a Câmara Municipal não ouviu os órgãos que devia ouvir; porque é um atentado contra a própria Constituição ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Eh!...

O Orador: — ..., que manda proteger paisagens de modo a garantir a conservação da natureza, preservação dos valores culturais de interesse histórico ou artístico; porque lhe parece que é um atentado aos direitos de criação artística porque o jardim é uma obra de arte feita com a dedicação e o empenhamento de arquitectos paisagistas que não podem ver a sua obra amputada ou destruída, e, porque não acredita muito na inocência do Sr. Presidente da Câmara de Lisboa na medida em que já está ligado a atentados ao nosso património cultural, como, por exemplo, à dissolução da Companhia de Teatro do S. Luís.

Considerando que é importante e necessária a construção do museu de arte contemporânea votamos a urgência para a discussão do projecto de lei do PPM que visa considerar o jardim da Gulbenkian intocável como obra de utilidade pública e que por isso mesmo não deve ser amputado ou destruído.

Aplausos do Sr. Deputado Luís Coimbra do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu e o meu partido só temos que nos regozijar com as posições aqui assumidas pelos diversos Deputados que aqui intervieram sobre o debate em causa.

Devo dizer que ouvi com particular interesse, pela sensatez com que foram postas, as questões levantadas pelo Sr. Deputado Veiga de Oliveira, em particular, e por todos os Deputados em geral. Talvez tentando fazer uma síntese deste problema diria, em consonância com o que afirmei na minha intervenção, que estamos a tratar de uma questão de fundo que transcende inclusivamente o próprio âmbito da Câmara Municipal e que, por ser uma questão de fundo no âmbito cultural, não pode, e ainda bem que só houve uns

laivos de argumentação político-partidária, ser levada para o campo político-partidário. É evidente que há aqui situações antagónicas entre a Câmara Municipal, a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico e a Fundação Gulbenkian, o que torna o assunto extremamente perturbador, provocando não só para este assunto, como para outros, a repetição diária de confusões a que ninguém responde em termos de responsabilidades. Faço lembrar que este processo, que julgo ter ocorrido na Câmara Municipal, é exactamente idêntico a outro atentado a um espaço verde que se fez, e não estou a dizer isto no sentido político-partidário, aquando da realização da Festa do Avante num terreno adjacente ao Parque de Monsanto e como é que foi possível construir aquele arranha-céus que está sozinho na Avenida de Ceuta? Quem é que cumpre o Plano Director de Lisboa por mais mediocrezito que seja?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Tudo isto são questões de fundo e era aqui que me permita fazer um reparo ao meu particular amigo Deputado Medeiros Ferreira, que vai no sentido de criticar por julgar que a sua posição não é a mais adequada perante o assunto em discussão. A questão da autonomia municipal, a questão da Assembleia Municipal — e devo dizer-lhe que os eleitos do meu partido na Assembleia Municipal já levantaram o problema — são do âmbito da actividade desta Assembleia, porque não existe neste momento em vigor uma lei do património cultural e natural nacional. Só uma vez definida essa lei é que se poderá definir o que é da responsabilidade municipal ou do Poder Local e o que é da responsabilidade nacional. Nessa altura, se chegássemos à conclusão que a defesa e promoção do jardim da Gulbenkian caberia apenas ao âmbito municipal, concordaria que este assunto não deveria ser aqui debatido. A situação inversa também pode ocorrer, ou seja, até que ponto a inexistência de uma lei de defesa do património nacional pode levar a que a Assembleia de República, ou o próprio Governo maioritariamente eleito pelo povo português, a destruir aquilo que muitas vezes não é considerado património nacional, mas que é muito querido às populações, nem que seja de uma simples aldeia.

Todo este problema terá fatalmente de ser debatido nesta Assembleia, não é fácil resolvê-lo, mas enquanto essa lei não existir teremos de nos debruçar aqui, acerca de um caso que, como este, pode afectar uma obra de arte que existe naquele local não só ao nível do jardim como do próprio edifício.

Aplausos do PPM e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Zita Seabra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Luís Coimbra.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além das duas ou três questões que irei colocar ao Sr. Deputado Luís Coimbra vou também formular um breve protesto.

As três questões que lhe colocarei são muito simples. Em primeiro lugar, acha ou não o PPM que é possível a construção deste centro de arte noutra local da cidade de Lisboa e que o seu projecto de lei não vai prejudicar em nada a existência de um centro de arte moderna na cidade de Lisboa?

Pareceu-me que um dos argumentos que mais veio à colação no sentido de colocar objecções ou dúvidas ao projecto de lei — e nós estamos todos de acordo em que a Fundação Gulbenkian tem tido uma acção meritória na defesa da arte e que com a própria construção deste jardim deu um contributo inestimável à cidade de Lisboa ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — ... — foi o de que no fundo o que pretendemos é sim, sem nos intrometermos evidentemente nas orientações da Fundação Gulbenkian, porque ninguém estaria de acordo com isso, chamar a atenção e alertar para que é possível construir este centro de arte sem ao mesmo tempo destruir uma outra obra de arte que é o jardim da Gulbenkian.

Para além disto, gostaria também de perguntar-lhe, porque me pareceu que foi outra das questões levantadas, se este problema diz respeito aos órgãos autárquicos ou se diz respeito à Assembleia da Repúblíca.

Na verdade, oreio que a Assembleia da Repúblíca tem muito a ver com a defesa do património cultural, tanto mais que até criou uma comissão parlamentar para a defesa do próprio Palácio onde está instalada. Mas foi posta a questão de se não seria justo levantar o problema mesmo nos órgãos autárquicos que dizem mais directamente respeito à cidade, nomeadamente a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. E a pergunta que lhe faço é esta: não é verdade que o seu próprio partido, o PPM, já tentou levantar esta questão na Assembleia Municipal de Lisboa, fazendo uma intervenção, sem grande êxito, diga-se de passagem, procurando alertar a Assembleia Municipal para esta questão?

Eu, como membro da Assembleia Municipal de Lisboa, posso assegurar que este problema constitui preocupação não só para os membros do PPM na Assembleia Municipal de Lisboa mas para vários outros membros da Assembleia Municipal e vereadores.

Por último, Sr. Deputado, relativamente à questão da Festa do Avante, gostaria de lhe dizer que ela já foi feita uma vez no local onde está previsto realizar-se este ano e que houve uma preocupação extrema para que não fosse tocada nenhuma das árvores que há no local, local que na sua larga maioria é constituído ainda hoje por penedos que lá estão. Mas as árvores que lá existem, e que infelizmente são poucas na área da «Festa», sempre mereceram da parte da comissão organizadora da Festa do Avante o maior cuidado para que não fossem tocadas, para que fossem defendidas. E essa preocupação foi conseguida a 100%.

Termino esta intervenção convidando o Sr. Deputado a visitar o local da Festa do Avante para verificar com os seus próprios olhos que as árvores estão exactamente no sítio em que estavam quando pela primeira vez lá fomos desbravar os penedos existentes.

Aplausos do PCP.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Está convidado também para a festa, não só para ir ao local.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou tentar ser o mais breve possível a responder às perguntas, algumas delas pertinentes, da Sr.^a Deputada Zita Seabra.

É evidente que existem vários locais onde o centro de arte poderia ser instalado e que são do domínio público. Nomeadamente o topo do Parque Eduardo VII, a Praça de Espanha, a própria Penitenciária de Lisboa poderiam ser eventualmente utilizados para esse efeito. Até o próprio Martim Moniz, com a remodelação, podia servir. Portanto, o jardim da Fundação Gulbenkian não é o único local em Lisboa onde se poderia construir o centro de arte contemporânea que nós ardenteamente desejamos que a Fundação Gulbenkian construa.

Quanto às restantes questões levantadas só posso comprovar que o PPM levantou desde a primeira hora, julgo que a nível de Assembleia Municipal e em termos de opinião pública, este problema do jardim. Tenho, aliás, um conceito muito optimista da vida e penso que este assunto não é uma questão fechada nem para a Câmara Municipal de Lisboa nem para a Fundação Gulbenkian. Portanto confio em que chegaremos todos a bom porto, conforme suponho ser o desejo desta Assembleia.

Quanto à Festa do Avante, cuja realização no mesmo local já foi novamente autorizada pela Câmara Municipal, lá está o tal problema da questão de fundo que nós pensamos que ultrapassa a política partidária. E esclareço que o que eu disse não significou a pretensão de evitar sub-repticiamente que se realizasse a Festa do Avante. De maneira nenhuma. Porém, julgo que haveria outra alternativa.

Mas há efectivamente perigos de compactação pela própria afluência de público — o que só abona a favor da militância do Partido Comunista — nas zonas arborizadas, o que prejudica o desenvolvimento das árvores.

Por outro lado pensamos que é um mau princípio que um parque como o de Monsanto esteja cercado por uma vedação, mesmo que ela seja temporária.

São estas algumas objecções que, sempre neste sentido, são questões de fundo e que eu de modo nenhum pretendo partidarizar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Castro Caldas.

O Sr. Castro Caldas (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD delibera votar a favor do pedido de urgência para o projecto de lei n.º 456/I, porque efectivamente ele é urgente, e mais nada!

Aplausos do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Falou pouco e bem!

O Sr. Presidente: — Sendo assim, vamos votar o pedido de urgência do projecto de lei acima referido.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do PCP, do CDS, do MDP/CDE, da UDP e de um Deputado reformador e abstenções de três Deputados reformadores, de um Deputado do PSD e de outro do CDS.

O Sr. Presidente: — Não havendo declarações de voto, passamos à discussão do pedido de urgência para o projecto de lei n.º 477/I, que altera a redacção do n.º 1 do artigo 191.º da Lei n.º 85/77, de 13 de Dezembro, apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma breve justificação deste pedido de urgência.

Antes da Constituição de 1976 os tribunais do trabalho estavam integrados na jurisdição administrativa. A nossa Constituição determinou inequivocadamente que eles fossem integrados na jurisdição comum, ou nos tribunais comuns, e em execução dessas disposições constitucionais a Lei n.º 85/77, votada por esta Assembleia, determinou que os juízes dos tribunais do trabalho eram integrados na magistratura judicial.

Para nós é inequívoco que das disposições conjugadas quer da Constituição quer deste diploma os juízes dos tribunais do trabalho são juízes de direito e por isso foi com grande surpresa que soubemos que ultimamente se levantaram dúvidas a esse respeito.

Conforme se sabe o conceito de juízes de direito foi introduzido em Portugal pela legislação do liberalismo dos princípios do século XIX, quando o *jure* foi introduzido em Portugal e a partir desse momento na magistratura comum foi considerado que eles eram juízes de direito, porque interpretavam e aplicavam o direito, e de que os jurados eram juízes de facto.

Naturalmente essa qualificação dos juízes de direito com o tempo foi reservada para os juízes profissionais dos tribunais comuns, visto que outras jurisdições se foram criando, como a jurisdição administrativa, a quem esse qualificativo não era dado. Portanto, comprehende-se que em consequência dessa orientação tradicional, enquanto os tribunais do trabalho estavam integrados na jurisdição administrativa esse qualificativo não lhe tivesse sido dado.

Porém, desde o momento em que os tribunais do trabalho estão integrados nos tribunais comuns, não compreendemos como é que se poderá pretender que os juízes dos tribunais do trabalho não são juízes de direito.

Pensamos que essas dúvidas foram levantadas no meio de certas querelas corporativas dos magistrados, sobre as quais não nos pronunciamos nem nos pretendemos envolver, mas entendemos que é contrário à dignidade da própria justiça do trabalho considerar-se que quem a ministra não é um juiz de direito mas é algo que não se comprehende bem o que é porque nem são juízes de facto nem funcionários judiciais.

É pois nesse sentido, e para pôr cobro a uma situação que consideramos insustentável, quer à luz dos preceitos constitucionais quer à luz da legislação demandada desta Assembleia, que nós apresentamos este diploma, para o qual consideramos que é urgente a pronúncia desta Assembleia, porque a situação actual briga com a própria dignidade da justiça.

Aplausos do PS, do PSD, do PPM, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Narana Coissoró (CDS).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Morgado.

O Sr. João Morgado (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós começamos por dizer que iremos votar favoravelmente o pedido de urgência apresentado pelo Partido Socialista, mas não podemos deixar de manifestar uma certa estranheza na apresentação deste pedido. E não deixamos de manifestar estranheza porque quando em Março foi aqui trazida pelo Governo uma proposta de lei que exactamente pedia a urgência para a concessão de uma autorização legislativa com vista a introduzir determinadas alterações precisamente na Lei n.º 85/77, o Partido Socialista votou contra a concessão dessa urgência.

Nessa altura o Partido Socialista não só não sugeriu que fosse incluída nessa alteração a alteração agora proposta, como votou contra a concessão da urgência na legislação que enquadrasse as propostas de alteração.

É evidente que este projecto de alteração não vai ser neste momento objecto de discussão de fundo pela nossa parte. Entendemos que apenas está em causa a discussão da urgência e embora o Sr. Deputado Salgado Zenha já se tenha embrenhado na discussão de fundo, nós não iremos por esse caminho. Mas também não poderemos deixar de dizer que o diploma, a adoptar a presente redacção, vai desde logo ao encontro do recente acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que apontou em sentido diferente.

Portanto não aceitaremos, desde já, que este diploma, ou esta alteração, vise esclarecer ou eliminar querelas entre magistrados. Não há querelas entre magistrados, o que há é o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que diz claramente, segundo a opinião dos doutos embargadores que o elaborarem, que os juízes do tribunal do trabalho não são juízes de direito.

Neste momento nós não vamos tomar posição sobre essa matéria, não declaramos desde já se perfilhamos ou não a opinião expedita no duto acórdão, se perfilhamos ou não a opinião do Partido Socialista. O que declaramos é que efectivamente é urgente a discussão desta matéria tal como era urgente a discussão da proposta de lei do Governo que pedia autorização legislativa para legislar na matéria e que também faz parte da agenda de trabalhos de hoje.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Castro Caldas.

O Sr. Castro Caldas (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito rápida e sinteticamente direi que o Partido Social-Democrata irá votar favoravelmente o pedido de urgência apresentado pelo Partido Socialista porque entende que efectivamente carece de ser urgentemente resolvida a deficiência em que se encontra a Magistratura do Trabalho.

Poderei adiantar que o Governo, no âmbito da autorização legislativa que pediu a esta Assembleia, tem de encarar também a resolução deste assunto. No entanto, nada impede que esta Assembleia resolva desde já no sentido que o Partido Socialista propõe.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Leite.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós votaremos favoravelmente o pedido de urgência que agora está a ser discutido.

De facto estranhemos que depois da entrada em vigor da Constituição ainda se levantem questões como esta sobre a qualificação dos juízes dos tribunais de trabalho.

Efectivamente os juízes dos tribunais do trabalho eram antes do 25 de Abril subordinados administrativamente ao Ministério das Corporações; com a Constituição de 1976 eles passaram a integrar-se no corpo único de magistrados, como aliás diz o artigo correspondente da Constituição, e são como tal juízes de Direito com direitos iguais aos dos restantes juízes de Direito.

Entendemos que é urgente clarificar esta situação por que é urgente dotar os tribunais do trabalho da dignidade que reclamam os directamente interessados no bom funcionamento dos tribunais do trabalho e que reclama a própria justiça do trabalho, para dizermos que reclama a justiça em geral.

Votaremos, por isso, favoravelmente este pedido de urgência e quando discutirmos a questão de fundo apontaremos em pormenor as razões do nosso voto favorável a este projecto de lei.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para informar que o Grupo Parlamentar do PPM votará favoravelmente este pedido de urgência, uma vez que reconhece que de facto é urgente dar seguimento ao princípio constitucional. E, embora possam ser pertinentes as razões que levaram até agora à hesitação *jure constituto* sobre a situação ou regime dos juízes dos tribunais de trabalho, entendemos que realmente essa hesitação não deve perdurar e que o legislador deve tomar a iniciativa de lhes pôr termo.

Se de facto o Governo poderia rapidamente resolver o assunto, e estamos cientes que sim, isso não impede que a Assembleia tome esta iniciativa, que nos parece inteiramente pertinente e sobretudo urgente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Salgado Zenha, V. Ex.ª pediu novamente a palavra para que efeito?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, é para uma nova intervenção, porque é a figura regimental que posso usar, mas na realidade é apenas para dar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado João Morgado.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Deputado João Morgado, realmente na apresentação do pedido de urgência fiz algumas considerações relacionadas com o problema de fundo, porque, embora concorde que a discussão sobre a urgência não é o lugar adequado para se discutir o problema de fundo, o que é facto é que quem apresenta o pedido de urgência terá uma dificuldade insuperável de o fazer se estiver proibido de fazer qualquer alusão ao problema de fundo.

Compreendo que o debate não deve extravasar da questão relacionada com a urgência, e eu pelo menos

tive a intenção de me cingir à urgência em si, mas o facto é que não era possível apresentar a urgência sem fazer qualquer referência ao problema de fundo e até às razões que militam para a apresentação do nosso projecto de lei.

Era este um dos esclarecimentos que queria dar-lhe, pois não tive intenção de suscitar aqui o problema de fundo.

Em segundo lugar, quanto à estranheza manifestada pelo Sr. Deputado quanto a um voto do nosso grupo parlamentar relativamente a um pedido de autorização legislativa, devo dizer-lhe que, em meu entender, a sua estranheza não é justificável, em primeiro lugar, porque consideramos que o Governo não deve pedir autorizações legislativas para modificar leis desta Assembleia. Nós entendemos que as leis desta Assembleia devem ser modificadas pela própria Assembleia.

Em segundo lugar, porque nesse pedido de autorização legislativa — se bem me recordo, e não vou entrar agora numa querela a esse respeito — não se indicava o conteúdo normativo preciso do decreto-lei que se pretendia emitir ao abrigo dessa autorização legislativa.

Em terceiro lugar — e sob pena de me poder enganar — não tenho ideia de que nesse pedido de autorização legislativa se referisse concretamente que se pretendia resolver o problema que se tenta resolver através deste diploma.

Portanto, as razões que determinaram o nosso voto nesse sentido não têm nada a ver com este problema que se está a discutir. Daí que a sua estranheza não tenha fundamento.

Eu não quero alongar o debate a este respeito, mas desde que o Sr. Deputado João Morgado, com o seu pendor judiciário me quis colocar na posição de réu, não quis deixar de usar o direito constitucional de que todo o réu tem o direito de defesa antes de ser condenado.

O Sr. Presidente: — Não havendo mais inscrições, vamos votar a concessão de urgência para o projecto de lei n.º 477/I.

Submetido à aprovação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, atingida que está a hora regimental, vou encerrar a sessão.

Amanhã, sexta-feira, haverá sessão a partir das 10 horas, com a ordem de trabalhos que sobra de hoje e que é do conhecimento de todos.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas.

Declarações de voto enviadas para a Mesa

Ao abrigo do artigo 100.º, n.º 3, do Regimento da Assembleia da República, apresento a seguinte declaração de voto:

Votei a favor do pedido de prioridade e urgência para o projecto de lei n.º 456/I — Classificação de interesse público do jardim da Fundação Gulbenkian — PPM por disciplina partidária.

Se, por um lado, revelam «megalomania» algumas moções de carácter nacional aprovadas em órgãos autárquicos, pode-se no mínimo, lamentar que a

Assembleia da República se transforme em Assembleia Municipal.

O Deputado do PSD, *Jáime Adalberto Simões Ramos.*

Abstive-me de votar a atribuição da urgência à discussão do projecto de lei n.º 456/I pelas seguintes razões principais:

- a) Em primeiro lugar, porque penso que não está em risco de destruição o chamado jardim da Fundação Gulbenkian, pelo facto de aí vir a integrar-se o futuro Centro de Arte Contemporânea;
- b) Em segundo lugar, porque entendo que há questões muito mais urgentes a serem discutidas na Assembleia da República e que dificilmente o serão por para tanto faltar tempo.

O Deputado do CDS, *Luis António Gomes Moreno.*

Rectificação ao n.º 37 do Diário.

Na p. 1518, col. 1.º, l. 3, onde se diz: «Impera o minifúndio: as áreas em média ultrapassam ...», deverá dizer-se: «Impera o minifúndio: as áreas em média não ultrapassam ...»

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

António Alberto Correia Cabecinha.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Maria de O. Ourique Mendes.
 Armando António Correia.
 Arménio dos Santos.
 Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Dinah Serrão Alhandra.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando José da Costa.
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Germano Lopes Cantinho.
 Henrique Alberto F. do Nascimento Rodrigues.
 João Baptista Machado.
 João Luís Malato Correia.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Marques Gaspar Mendes.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Luís Figueiredo Lopes.
 José Manuel Cochofel Pereira da Silva.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Maria da Silva.
 José Theodoro da Silva.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel Luís Fernandes Malaquias.
 Marília Dulce C. P. Morgado Raimundo.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Montalvão Machado.

Mário Martins Adegas.
Miguel Camolas Pacheco.
Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
Pedro Manuel da Cruz Roseta.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.
António de Almeida Santos.
António Fernando Marques R. Reis.
António José Sanches Esteves.
Aquilino Ribeiro Machado.
Armando dos Santos Lopes.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Edmundo Pedro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Fernando Luís de A. Torres Marinho.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco Igrejas Caeiro.
Francisco Manuel Marcelo M. Curto.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
Herculano Rodrigues Pires.
Jaime José Matos da Gama.
João Alfredo Félix Vieira Lima.
João Cardona Gomes Cravinho.
João Joaquim Gomes.
Joaquim José Catanho de Meneses.
Jorge Fernando Branco Sampaio.
José Gomes Fernandes.
José Luís do Amaral Nunes.
José Maximiano de A. Almeida Leitão.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Manuel Alfredo Tito de Moraes.
Manuel Francisco da Costa.
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
Raul da Assunção Pimenta Rego.
Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
Álvaro Favares Brasileiro.
António Dias Lourenço da Silva.
Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
Domingos Abrantes Ferreira.
Fernando Freitas Rodrigues.
Jerónimo Carvalho de Sousa.
Joaquim Gomes dos Santos.
José António Veríssimo Silva.
José Manuel do C. Carreira Marques.
Lino Carvalho de Lima.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
Eugénio Maria Anacoreta Correia.
Francisco António Lucas Pires.
Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.
Henrique Manuel Soares Cruz.
João J. S. Fernandes Homem.
João da Silva Mendes Morgado.
Joaquim Rocha dos Santos.

José Manuel Macedo Pereira.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
Luís Carlos C. Veloso de Sampaio.
Luís Eduardo da Silva Barbosa.
Luís Filipe Pais Beiroco.
Luís Gomes Moreno.
Manuel Cunha Mota.
Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
Narana Sinai Coissoró.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.
Augusto Martins Ferreira do Amaral
Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.

Agrupamento Parlamentar dos Reformadores

Francisco José de Sousa Tavares.
José Manuel Medeiros Ferreira.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Pelágio E. de A. Matos Lopes de Madureira.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

José Bento Gonçalves.
Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
Maria Adelaide Santos de Almeida Paiva.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Marques Antunes.
António Duarte Arnaut.
António Fernandes da Fonseca.
António Francisco Barroso Sousa Gomes.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
Rodolfo Alexandrino Susano Crespo.
Víctor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
Joaquim Víctor Baptista G. de Sá.
José Rodrigues Vitoriano.
Maria Alda Barbosa Nogueira.

Centro Democrático Social (CDS)

Domingos da Silva Pereira.
Henrique José C. de Meneses P. Moraes.
Rui Eduardo F. Rodrigues Pena.
Víctor Afonso Pinto da Cruz.

Movimento Democrático Português

Helena Tâmega Cidade Moura.
Luis Manuel A. de Campos Catarino.

A REDACTORA DE 1.ª CLASSE, *Noémia Malheiros*

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, *José Pinto*.

PREÇO DESTE NÚMERO 40\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA